

SUMÁRIO

TÍTULO 1 • NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	45	3.2. Princípio do contraditório.....	64
1. Introdução.....	45	3.2.1. Contraditório para a prova e contraditório sobre a prova	65
2. Sistemas processuais penais.....	46	3.3. Princípio da ampla defesa.....	66
2.1. Sistema inquisitório.....	46	3.3.1. Defesa técnica (processual ou específica)	67
2.2. Sistema acusatório	47	3.3.1.1. Defesa técnica necessária e irrenunciável.....	67
2.2.1. O sistema acusatório e os modelos adversarial e inquisitorial de produção de provas.....	48	3.3.1.2. Direito de escolha do defensor	68
2.3. Sistema processual misto ou francês.....	50	3.3.1.3. Defesa técnica plena e efetiva	68
3. Princípios fundamentais do processo penal.....	51	3.3.2. Autodefesa (material ou genérica)	69
3.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade)	52	3.3.2.1. Direito de audiência.....	70
3.1.1. Noções introdutórias	52	3.3.2.2. Direito de presença.....	70
3.1.2. Da regra probatória (<i>in dubio pro reo</i>)	53	3.3.2.3. Capacidade postulatória autônoma do acusado	72
3.1.3. Da regra de tratamento.....	53	3.3.3. Ampla defesa no processo administrativo disciplinar e na execução penal.....	72
3.1.3.1. (In) constitucionalidade da consulta pública à qualificação das pessoas condenadas em primeira instância por certos crimes contra a dignidade sexual através do Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais.....	55	3.4. Princípio da publicidade.....	73
3.1.4. (In)constitucionalidade da execução provisória da pena	57	3.4.1. Divisão da publicidade: ampla e restrita.....	74
3.1.4.1. Desnecessidade do trânsito em julgado (STF – HC 126.292/ ARE 964.246)	57	3.4.2. Sessão de julgamento na Justiça Militar e votação em sala secreta.....	76
3.1.4.2. Necessidade do trânsito em julgado (STF – ADC's 43, 44 e 54).....	59	3.5. Princípio da busca da verdade: superando o dogma da verdade real.....	77
3.1.4.3. (Des)necessidade do trânsito em julgado para fins de execução da pena restritiva de direitos	61	3.5.1. Busca da verdade consensual no âmbito dos Juizados	77
3.1.4.4. (Des)necessidade do trânsito em julgado de sentença penal condenatória para fins de reconhecimento, no âmbito administrativo carcerário, de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso	62	3.6. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	78
3.1.4.5. Trânsito em julgado da sentença condenatória para ambas as partes como termo inicial da prescrição da pretensão executória	63	3.7. Princípio do juiz natural.....	78
		3.8. Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i>	78
		3.8.1. Noções introdutórias	78
		3.8.2. Titular do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	78
		3.8.3. Advertência quanto ao direito de não produzir prova contra si mesmo.....	79
		3.8.4. Desdobramentos do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	80
		3.8.5. Exercício total ou parcial (horizontal ou vertical) do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	86

3.8.6. Dever legal de interrupção imediata do interrogatório quando o imputado optar pelo exercício do direito ao silêncio.....	87	1. Noções introdutórias.....	107
3.8.7. Consequências decorrentes do exercício do direito de não produzir prova contra si mesmo	88	2. Estrutura acusatória do processo penal	109
3.8.8. O direito de não produzir provas contra si mesmo e a prática de outros delitos.....	89	2.1. Da interpretação conforme do art. 3º-A do CPP.....	109
3.9. Princípio da proporcionalidade.....	90	2.2. Vedação da iniciativa acusatória do juiz das garantias e (in) constitucionalidade da iniciativa probatória do juiz da instrução e julgamento à luz do sistema acusatório.....	109
3.9.1. Da adequação.....	92	2.2.1. Vedação da iniciativa acusatória do juiz das garantias na fase investigatória.....	109
3.9.2. Da necessidade.....	93	2.2.2. (In) constitucionalidade da iniciativa probatória do juiz da instrução e julgamento no curso do processo penal à luz do sistema acusatório	112
3.9.3. Da proporcionalidade em sentido estrito	93	2.2.2.1. Vedação à iniciativa probatória residual do magistrado (modelo de disputa ou adversarial).....	112
4. Lei processual penal no espaço	94	2.2.2.2. Iniciativa probatória residual do magistrado no curso do processo penal (modelo de investigação oficial ou inquisitorial)	114
4.1. Tratados, convenções e regras de direito internacional.....	94	3. Juiz das Garantias	117
4.2. Prerrogativas constitucionais do Presidente da República e de outras autoridades	95	3.1. Conceito e natureza jurídica	117
4.3. Processos da competência da Justiça Militar	96	3.2. Fundamento: a necessária preservação da imparcialidade do magistrado	119
4.4. Processos da competência do tribunal especial.....	96	3.2.1. Heurísticas e vieses cognitivos.....	121
4.5. Crimes de imprensa.....	97	3.2.2. Teoria da dissonância cognitiva.....	123
4.6. Crimes eleitorais	97	3.3. (In) constitucionalidade do juiz das garantias	125
4.7. Outras exceções.....	97	3.3.1. (In) constitucionalidade formal em face de vício de iniciativa relativo à competência legislativa do Poder Judiciário para alterar a organização e a divisão judiciária	126
5. Lei processual penal no tempo.....	97	3.3.2. (In) constitucionalidade material em razão de violação à regra de autonomia financeira e administrativa do Poder Judiciário.....	127
5.1. Lei nº 9.099/95 e seu caráter retroativo	99	3.3.3. Início da eficácia do juiz das garantias	128
5.2. Lei nº 9.271/96 e nova redação do art. 366: suspensão do processo e da prescrição	99	3.3.4. Princípio do juiz natural e (im) possibilidade de aplicação imediata da nova sistemática do juiz das garantias às investigações e aos processos em andamento	129
5.3. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e sua aplicabilidade imediata aos processos em andamento...	100	3.4. Distinção entre o juiz das garantias, juizado de instrução e “centrais de inquérito” (v.g., DIPO/SP)	131
5.4. Lei nº 12.403/11 e o novo regramento quanto às medidas cautelares de natureza pessoal.....	100	3.5. A figura do juiz das garantias no direito comparado	132
5.5. Normas processuais heterotópicas	101	3.6. Da posição do juiz das garantias diante da investigação preliminar: atuação como garantidor e não como instrutor	134
5.6. Vigência, validade, revogação, derrogação e ab-rogação da lei processual penal.....	101		
6. Interpretação da lei processual penal.....	102		
6.1. Interpretação extensiva.....	102		
6.2. Analogia	103		
6.3. Distinção entre analogia e interpretação analógica.....	104		
6.4. Aplicação supletiva e subsidiária do novo Código de Processo Civil ao processo penal.....	104		
TÍTULO 2 • JUIZ DAS GARANTIAS	107		

4. Competências criminais do Juiz das Garantias ...	135	4.18. Norma de encerramento: demais matérias inerentes às atribuições definidas no <i>caput</i> deste artigo.....	147
4.1. Recebimento da comunicação imediata da prisão	135	4.19. (In) constitucionalidade da vedação à realização da audiência de custódia por videoconferência.....	147
4.2. Recebimento do auto de prisão em flagrante para o controle da legalidade da prisão..	136	4.20. (Im) possibilidade de prorrogação da prisão do investigado preso e consequências decorrentes da não conclusão das investigações dentro desse prazo.....	147
4.3. Observância dos direitos do preso, inclusive com determinação para que este seja conduzido à presença do juiz das garantias a qualquer tempo	136	4.20.1. Prorrogação do prazo de duração da prisão do investigado preso	147
4.4. Dever de ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal	136	4.20.2. Consequências decorrentes da não conclusão do inquérito policial de investigado preso dentro do prazo legal	149
4.5. Decisão sobre o requerimento de prisão provisória ou outra medida cautelar	137	5. Abrangência da competência do juiz das garantias	150
4.6. Prorrogação, substituição ou revogação das medidas cautelares, assegurado, no primeiro caso, o exercício do contraditório em audiência pública e oral	138	5.1. Não abrangência das infrações de menor potencial ofensivo	150
4.7. Decisão sobre o requerimento de produção antecipada de provas consideradas urgentes e não repetíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa em audiência pública e oral	139	5.2. (In) existência de juiz das garantias nos Tribunais.....	151
4.8. Prorrogação do prazo de duração do inquérito de investigado preso.....	140	5.3. (In) existência de juiz das garantias no âmbito do Tribunal do Júri.....	154
4.9. Determinação do trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento	140	5.4. (In) existência de juiz das garantias no contexto da violência doméstica e familiar	154
4.10. Requisição de documentos, laudos e informações ao delegado de polícia sobre o andamento da investigação.....	142	5.5. (In) existência de juiz das garantias na Justiça Militar.....	156
4.11. Decisões diversas sobre requerimentos de meios de obtenção de provas	142	5.6. (In) existência de juiz das garantias na Justiça Eleitoral.....	157
4.12. Julgamento do <i>habeas corpus</i> impetrado antes do oferecimento da denúncia.....	144	5.7. (In) existência de juiz das garantias colegiado.....	158
4.13. Determinação da instauração do incidente de insanidade mental.....	144	5.8. (In) existência do Ministério Público das garantias	160
4.14. Decidir sobre o recebimento da peça acusatória	145	6. Cessação da competência do juiz das garantias com o oferecimento da peça acusatória.....	160
4.15. Assegurar o direito outorgado à defesa de acesso a todos os elementos informativos e provas produzidos no âmbito da investigação, ressalvadas as diligências em andamento	145	7. oferecimento da peça acusatória e apreciação das questões pendentes pelo juiz da instrução e julgamento.....	163
4.16. Deferimento de pedido de admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia	146	8. Desvinculação do juiz da instrução e julgamento em relação às decisões proferidas pelo juiz das garantias e (des) necessidade de reexame das cautelares em curso	163
4.17. Homologação de acordo de não persecução penal ou de colaboração premiada, quando formalizados durante a investigação.....	146	9. apensamento dos autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias aos autos do processo enviados ao juiz da instrução e julgamento.....	164
		9.1. (Des) necessidade de exclusão física da investigação preliminar dos autos do futuro processo judicial.....	165

10. (In) constitucionalidade do impedimento para a atuação do juiz das garantias na fase de instrução e julgamento.....	169	6.4.1. Assistência jurídica em favor de servidores vinculados aos órgãos de segurança pública (CF, art. 144) diante da instauração de inquérito para fins de investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício funcional.....	205
11. (In) subsistência da prevenção como critério residual de fixação de competência diante da criação da figura do juiz das garantias.....	172	6.5. Procedimento discricionário.....	208
12. Criação de um sistema de rodízio de magistrados nas comarcas de vara única de modo a atender à sistemática do juiz das garantias.....	174	6.6. Procedimento oficial.....	209
13. INVESTIDURA do juiz das garantias conforme as normas de Organização Judiciária da União, dos Estados e do Distrito Federal.....	175	6.7. Procedimento oficioso.....	209
14. Da vedação à exploração da imagem de pessoa submetida à prisão (“Perp walk”) como instrumento para a concretização do respeito à dignidade do preso.....	176	6.8. Procedimento indisponível.....	209
14.1. (In) constitucionalidade do art. 3º-F, caput e parágrafo único, do CPP, introduzidos pela Lei n. 13.964/19.....	178	6.9. Procedimento temporário.....	209
TÍTULO 3 • INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR....	181	7. instauração do inquérito policial.....	210
1. Conceito de inquérito policial.....	181	7.1. Verificação de procedência de informações (VPI).....	211
2. Natureza jurídica do inquérito policial.....	181	7.2. Formas de instauração do inquérito policial.....	212
3. Finalidade do inquérito policial.....	182	7.2.1. Crimes de ação penal pública incondicionada.....	212
4. Valor probatório do inquérito policial.....	182	7.2.1.1. (Im)possibilidade de instauração de inquérito de ofício pela autoridade judiciária (“Inquérito das Fake News” – Inq. 4.781 do STF).....	214
5. Atribuição para a presidência do inquérito policial.....	182	7.2.2. Crimes de ação penal pública condicionada e de ação penal de iniciativa privada.....	215
5.1. Funções de polícia administrativa, judiciária e investigativa.....	182	8. <i>Notitia criminis</i>	216
5.2. Da atribuição em face da natureza da infração penal.....	185	8.1. <i>Delatio criminis</i>	216
5.3. Da atribuição em face do local da consumação da infração penal.....	187	8.2. <i>Notitia criminis</i> inqualificada.....	216
5.4. Das atribuições das Guardas Municipais....	187	9. Diligências investigatórias.....	217
5.5. Das atribuições das Polícias Legislativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ...	193	9.1. Preservação do local do crime.....	217
5.6. Agências de Inteligência de Segurança Pública e de Estado.....	195	9.2. Apreensão de objetos.....	218
6. Características do inquérito policial.....	197	9.3. Colheita de outras provas.....	218
6.1. Procedimento escrito.....	197	9.4. Oitiva do ofendido.....	219
6.2. Procedimento dispensável.....	197	9.5. Oitiva do indiciado.....	219
6.3. Procedimento sigiloso.....	198	9.5.1. (Des)necessidade de presença de defensor por ocasião da realização do interrogatório na fase investigatória.....	220
6.3.1. (Im) possibilidade de acesso aos elementos de informação já documentados nos autos do inquérito policial pelas vítimas (ou por seus familiares).....	201	9.6. Reconhecimento de pessoas e coisas e acareações.....	222
6.4. Procedimento inquisitório.....	201	9.7. Determinação de realização de exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias.....	222
		9.8. Identificação do indiciado e juntada da folha de antecedentes criminais.....	222
		9.9. Averiguação da vida pregressa do investigado.....	223
		9.10. Reconstituição do fato delituoso.....	223

9.11. Acesso aos dados cadastrais de vítimas e de suspeitos.....	224	introduzido pela Lei n. 13.964/19 em virtude de medida cautelar concedida pelo Min. Fux nos autos da ADI n. 6.305 (j. 22.01.2020).....	251
9.12. Requisição de informações acerca das estações rádio base (ERB's).....	226	14.2.3. Do julgamento definitivo da ADI n. 6.305 e da “nova” sistemática reintroduzida no art. 28 do CPP pelo Supremo Tribunal Federal.....	251
10. Identificação criminal.....	229	14.3. Instância de revisão ministerial para fins de homologação de arquivamentos.....	258
10.1. Conceito.....	229	14.4. Procedimento do arquivamento na Justiça Eleitoral.....	260
10.2. Leis relativas à identificação criminal.....	230	14.5. Procedimento do arquivamento nas hipóteses de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República.....	260
10.3. Documentos atestadores da identificação civil.....	232	14.6. Coisa julgada na decisão de arquivamento.....	261
10.4. Hipóteses autorizadoras da identificação criminal.....	232	14.7. Desarquivamento, a partir da notícia de provas novas, e oferecimento de denúncia, na hipótese do surgimento de provas novas.....	263
10.5. Identificação do perfil genético (Lei nº 12.654/12).....	233	14.8. Recorribilidade contra a decisão de arquivamento.....	265
11. Incomunicabilidade do indiciado preso.....	236	14.9. Arquivamento determinado por juiz absolutamente incompetente.....	266
11.1. Regime disciplinar diferenciado.....	237	14.10. Arquivamento implícito.....	267
12. Indiciamento.....	237	14.11. Arquivamento indireto.....	267
12.1. Conceito.....	237	15. Trancamento (ou encerramento anômalo) do procedimento investigatório.....	268
12.2. Momento.....	237	15.1. (Im) possibilidade de arquivamento de ofício de investigações nos casos de competência originária dos Tribunais.....	269
12.3. Espécies.....	238	16. Investigações diversas.....	271
12.4. Pressupostos.....	238	16.1. Comissões Parlamentares de Inquérito: inquéritos parlamentares.....	271
12.5. Desindiciamento.....	238	16.2. Conselho de Controle de atividades financeiras (COAF) – Unidade de Inteligência Financeira (UIF).....	273
12.6. Atribuição.....	238	16.3. Inquérito Policial Militar.....	274
12.7. Sujeito passivo.....	239	16.4. Investigação criminal pelo Ministério Público.....	275
12.8. Afastamento do servidor público de suas funções como efeito automático do indiciamento em crimes de lavagem de capitais.....	239	16.5. Inquérito civil.....	278
13. Conclusão do inquérito policial.....	240	16.6. Termo circunstanciado.....	279
13.1. Prazo para a conclusão do inquérito policial.....	240	16.7. Investigação pela autoridade judiciária.....	279
13.1.1. Quadro sinóptico do prazo para a conclusão do inquérito policial.....	242	16.7.1. Inquérito judicial.....	279
13.2. Relatório da autoridade policial.....	242	16.7.2. Revogada Lei das organizações criminosas.....	279
13.3. Destinatário dos autos do inquérito policial.....	243		
13.4. Providências a serem adotadas após a remessa dos autos do inquérito policial.....	244		
14. Arquivamento do inquérito policial.....	246		
14.1. Fundamentos do arquivamento.....	247		
14.2. Novo procedimento do arquivamento no âmbito da Justiça Estadual, da Justiça Federal e da Justiça Comum do Distrito Federal.....	248		
14.2.1. Lei n. 13.964/19 e o fim do controle judicial sobre o arquivamento do inquérito policial.....	248		
14.2.2. Da suspensão da eficácia do novo procedimento de arquivamento			

16.7.3. Infrações penais praticadas por magistrados	280	4.1.2. À luz de uma teoria específica do processo penal.....	322
16.8. Investigação criminal defensiva.....	281	4.2. Condições específicas da ação penal.....	322
16.9. Investigação por detetive particular (Lei n. 13.432/17)	282	4.3. Condições da ação e condições de perseguibilidade (condição superveniente da ação)...	324
17. Acordo de não persecução penal.....	283	4.4. Condições da ação, condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias.....	324
17.1. Conceito	283	4.4.1. Decisão final do procedimento administrativo nos crimes materiais contra a ordem tributária.....	325
17.2. Direito subjetivo do acusado ou discricionariedade do Ministério Público	285	5. Classificação das ações penais.....	329
17.3. Previsão normativa	287	5.1. Classificação das ações penais condenatórias	329
17.4. Direito intertemporal.....	289	6. Princípios da ação penal pública e da ação penal de iniciativa privada.....	331
17.5. Requisitos para a celebração do acordo de não persecução penal.....	292	6.1. Princípio do <i>ne procedat iudex ex officio</i>	331
17.6. Vedações à celebração do acordo de não persecução penal.....	293	6.2. Princípio do <i>ne bis in idem</i> (inadmissibilidade da persecução penal múltipla).....	332
17.7. Condições a serem impostas ao investigado.....	297	6.3. Princípio da intranscendência	334
17.8. Controle jurisdicional	301	6.4. Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.....	334
17.8.1. (In) constitucionalidade do controle jurisdicional exercido sobre o acordo de não persecução penal (STF, Pleno, ADI 6.305, Rel. Min. Luiz Fux, j. 24.08.2023).....	302	6.5. Princípio da oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada	337
17.9. Descumprimento injustificado das obrigações assumidas pelo investigado.....	304	6.6. Princípio da indisponibilidade da ação penal pública.....	337
17.10. Cumprimento integral do acordo de não persecução penal	305	6.7. Princípio da disponibilidade da ação penal de iniciativa privada (exclusiva ou personalíssima).....	338
18. Controle externo da atividade policial.....	306	6.8. Princípio da (in) divisibilidade da ação penal pública.....	338
TÍTULO 4 • AÇÃO PENAL E AÇÃO CIVIL EX DELICTO	309	6.9. Princípio da indivisibilidade da ação penal de iniciativa privada.....	339
1. Direito de ação penal.....	309	6.10. Princípio da oficialidade.....	340
2. Características do direito de ação penal	310	6.11. Princípio da autoritariedade	340
3. Lide no processo penal.....	310	6.12. Princípio da oficiosidade.....	340
4. Condições da ação penal.....	310	6.13. Quadro comparativo dos princípios da ação penal.....	340
4.1. Condições genéricas da ação penal.....	312	7. Ação penal pública incondicionada	342
4.1.1. À luz da teoria geral do processo	312	8. Ação penal pública condicionada.....	343
4.1.1.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	313	8.1. Representação.....	344
4.1.1.2. Legitimidade para agir.....	315	8.1.1. Natureza jurídica da representação.....	344
4.1.1.2.1. Legitimidade ordinária e extraordinária no processo penal.....	316	8.1.2. Desnecessidade de formalismo	345
4.1.1.3. Interesse de agir	317	8.1.3. Destinatário da representação	345
4.1.1.3.1. Prescrição em perspectiva e ausência de interesse de agir	318	8.1.4. Legitimidade para o oferecimento da representação	346
4.1.1.4. Justa Causa.....	320	8.1.5. Prazo decadencial para o oferecimento da representação	348
4.1.1.4.1. Justa Causa duplicada	321		

8.1.6. Retratação da representação	349	14.5. Ação penal nos crimes de estelionato: art. 171, §5º, do Código Penal, incluído pela Lei n. 13.964/19	374
8.1.6.1. Retratação da retratação da representação.....	349	14.6. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual (Lei nº 13.718/18)	377
8.1.6.2. Retratação da representação na Lei Maria da Penha	350	14.6.1. Redação original do art. 225 do CP (antes da Lei n. 12.015/09)	377
8.1.7. Eficácia objetiva da representação	351	14.6.2. Redação do art. 225 do CP determinada pela Lei n. 12.015/09 (antes da Lei n. 13.718/18).....	379
8.1.8. Representação no processo penal militar	351	14.6.3. Redação do art. 225 do CP determinada pela Lei n. 13.718/18	380
8.2. Requisição do Ministro da Justiça.....	352	14.6.4. Quadro comparativo da ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	381
8.2.1. Requisição no processo penal militar.	353	14.6.5. Direito intertemporal.....	382
9. Ação penal de iniciativa privada.....	353	14.7. Ação penal no crime de invasão de dispositivo informático	384
9.1. Ação penal exclusivamente privada	354	14.8. Ação penal nos crimes de ameaça.....	385
9.2. Ação penal privada personalíssima.....	354	15. Peça acusatória	386
9.3. Ação penal privada subsidiária da pública..	355	15.1. Denúncia e queixa-crime.....	386
9.4. Extinção da punibilidade e ação penal de iniciativa privada.....	357	15.2. Requisitos da peça acusatória	386
9.4.1. Decadência	357	15.2.1. Imputação criminal.....	387
9.4.2. Renúncia ao direito de queixa	359	15.2.1.1. Imputação patrimonial.....	389
9.4.3. Perdão do ofendido	360	15.2.2. Qualificação do acusado	390
9.4.4. Quadro comparativo entre renúncia e perdão do ofendido	362	15.2.3. Classificação do crime	391
9.4.5. Perempção	362	15.2.4. Rol de testemunhas	391
9.5. Ação penal privada no processo penal militar	363	15.2.5. Endereçamento da peça acusatória... ..	392
10. Ação penal popular.....	364	15.2.6. Redação em vernáculo.....	393
11. Ação penal adesiva.....	364	15.2.7. Razões de convicção ou presunção da delinquência	393
12. Ação de prevenção penal	365	15.2.8. Peça acusatória subscrita pelo Ministério Público ou pelo advogado do querelante	393
13. Ação penal secundária	365	15.2.9. Procuração da queixa-crime e recolhimento de custas.....	393
14. Ação penal nas várias espécies de crimes.....	365	15.3. Prazo para o oferecimento da peça acusatória.....	394
14.1. Ação penal nos crimes contra a honra	365	16. Questões diversas	396
14.1.1. Ação penal no crime de racismo de injúria racial (Lei n. 7.716/89, art. 2º-A, incluído pela Lei n. 14.532/23) e no crime de injúria consubstanciada na utilização de elementos referentes à religião, condição de pessoa idosa ou com deficiência (CP, art. 140, §3º, com redação alterada pela Lei n. 14.532/23).....	366	16.1. Denúncia genérica e crimes societários	396
14.2. Ação penal nos crimes de trânsito de lesão corporal culposa, de embriaguez ao volante e de participação em competição não autorizada.....	372	16.1.1. Acusação geral e acusação genérica..	397
14.3. Ação penal nos crimes de lesão corporal leve e lesão corporal culposa com violência doméstica e familiar contra a mulher	372	16.2. Cumulação de imputações	398
14.4. Ação penal nos crimes ambientais: pessoas jurídicas e dupla imputação	374	16.3. Imputação implícita.....	398
		16.4. Imputação alternativa.....	398
		17. Aditamento à denúncia	400
		17.1. Espécies de aditamento.....	402

17.1.1. Quanto ao objeto do aditamento: próprio e impróprio.....	402	5. Fixação da competência criminal.....	435
17.1.2. Quanto à voluntariedade do aditamento: espontâneo e provocado	402	6. Competência internacional.....	436
17.2. Interrupção da prescrição.....	403	7. Tribunal Penal Internacional.....	437
17.3. Procedimento do aditamento	404	8. Transferência de execução de pena	440
17.4. Aditamento à queixa-crime.....	404	CAPÍTULO II – COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA	
18. Ação civil <i>ex delicto</i>	405	1. Competência Criminal da Justiça Militar.....	442
18.1. Noções introdutórias.....	405	1.1. Distinção entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar dos Estados.....	442
18.2. Sistemas atinentes à relação entre a ação civil <i>ex delicto</i> e o processo penal	405	1.1.1. Quanto à competência criminal.....	442
18.3. Efeitos civis da absolvição penal.....	407	1.1.2. Quanto à competência para o processo e julgamento de ações judiciais contra atos disciplinares militares.....	443
18.3.1. Efeitos da absolvição penal no âmbito da ação de improbidade administrativa	410	1.1.3. Quanto ao acusado.....	444
18.4. Obrigação de indenizar o dano causado pelo delito como efeito genérico da sentença condenatória	413	1.1.4. Quanto ao órgão jurisdicional de 1ª instância	446
18.4.1. Quantificação do montante a ser indenizado ao ofendido	415	1.1.5. Quanto ao órgão jurisdicional de 2ª instância	447
18.4.2. Natureza do dano cuja indenização mínima pode ser fixada na sentença condenatória e (des) necessidade de instrução probatória específica acerca do dano moral	418	1.1.6. Quadro comparativo entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar Estadual	449
TÍTULO 5 • COMPETÊNCIA CRIMINAL.....	421	1.2. Crime militar.....	449
CAPÍTULO I – PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....		1.2.1. Crime propriamente militar e crime impropriamente militar.....	449
1. Jurisdição e competência	421	1.2.2. Crime militar de tipificação direta e crime militar de tipificação indireta.....	452
2. Princípio do juiz natural	422	1.2.3. Crimes militares extravagantes (crimes militares por equiparação à legislação penal comum ou crimes militares por extensão): a nova competência da Justiça Militar (Lei n. 13.491/17).....	453
2.1. Lei processual que altera regras de competência.....	423	1.2.3.1. Lei n. 13.491/17 e o princípio do juiz natural	455
2.2. Convocação de Juízes de 1º grau de jurisdição para substituição de Desembargadores	424	1.2.3.2. Lei n. 13.491/17 e o direito intertemporal.....	456
3. Espécies de competência	426	1.2.3.3. (In) constitucionalidade da Lei n. 13.491/17.....	458
4. Competência absoluta e relativa	427	1.3. (In) constitucionalidade e (in) convencionalidade da competência da Justiça Militar da União para o processo e julgamento de civis pela prática de crimes militares definidos em lei (ADPF 289).....	459
4.1. Quanto à natureza do interesse.....	427	1.4. (In)constitucionalidade da competência da Justiça Militar da União para o processo e julgamento de crimes cometidos por ou contra militares no exercício de atribuições subsidiárias das Forças Armadas (ADI 5.032)	463
4.2. Quanto à arguição da incompetência	428	1.5. Dos crimes militares em tempo de paz.....	465
4.3. Quanto ao reconhecimento da incompetência no juízo <i>ad quem</i>	431		
4.4. Quanto às consequências da incompetência absoluta e relativa.....	432		
4.5. Quanto à coisa julgada nos casos de incompetência absoluta e relativa	434		
4.6. Quadro sinóptico dos regimes jurídicos das regras de incompetência absoluta e relativa	435		

1.5.1. Do conceito de militar para fins de aplicação da lei penal militar.....	465	4.3.12. Crime praticado contra funcionário público federal.....	510
1.5.2. Do inciso I do art. 9º do Código Penal Militar	468	4.3.13. Crime praticado por funcionário público federal.....	511
1.5.3. Do inciso II do art. 9º do Código Penal Militar	468	4.3.14. Tribunal do Júri Federal	513
1.5.4. Do inciso III do art. 9º do CPM.....	478	4.3.15. Crimes contra o meio ambiente.....	514
1.5.5. Dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares contra civis.....	484	4.3.16. Crimes contra a fé pública	517
1.5.6. Dos crimes militares praticados em tempo de guerra.....	490	4.3.17. Juízo Federal da Execução Penal.....	522
2. Competência Criminal da Justiça Eleitoral.....	490	4.3.18. Contravenções penais	524
3. Competência Criminal da Justiça do Trabalho ...	493	4.3.19. Atos infracionais.....	525
4. Competência Criminal da Justiça Federal.....	494	4.3.20. Crimes previstos na Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/16)	525
4.1. Considerações iniciais.....	494	4.3.21. Crimes cometidos no estrangeiro	526
4.2. Atribuições de polícia investigativa da Polícia Federal	495	4.4. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente (CF, Art. 109, inciso V).....	527
4.3. Crimes políticos e infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções penais e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral (CF, Art. 109, inciso IV).....	496	4.4.1. Tráfico internacional de drogas.....	529
4.3.1. Crimes políticos.....	496	4.4.2. Rol exemplificativo de crimes de competência da Justiça Federal com fundamento no art. 109, inciso V, da Constituição Federal	532
4.3.2. Crimes contra a União.....	498	4.5. Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal (CF, Art. 109, V-A, c/c Art. 109, § 5º)	536
4.3.3. Crimes contra autarquias federais.....	498	4.6. Crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (CF, Art. 109, VI)	538
4.3.4. Crimes contra empresas públicas federais.....	499	4.6.1. Crimes contra a organização do trabalho	538
4.3.5. Crimes contra fundações públicas federais.....	501	4.6.2. Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.....	541
4.3.6. Crimes contra entidades de fiscalização profissional.....	501	4.6.2.1. Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de capitais	545
4.3.7. Crimes contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	502	4.7. <i>Habeas corpus</i> , em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição (CF, Art. 109, VII)	546
4.3.8. Crimes contra sociedades de economia mista, concessionárias (ou permissionárias) de serviço público federal e entidades do “Sistema S”	503	4.8. Mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais (CF, Art. 109, VIII).....	547
4.3.9. Bens, serviços ou interesse da União, das autarquias federais (fundações públicas federais) e das empresas públicas federais.....	503		
4.3.10. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03)	508		
4.3.11. Crimes contra a Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar da União e do Distrito Federal	509		

4.9. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar (CF, Art. 109, inciso IX).....	548	2.12. Atribuições dos membros do Ministério Público perante os Tribunais Superiores	577
4.10. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (CF, Art. 109, X).....	550	2.13. Procedimento originário dos Tribunais	577
4.11. Disputa sobre direitos indígenas (CF, Art. 109, XI)	550	3. Casuística	578
4.11.1. Genocídio contra indígenas.....	552	3.1. Quanto à competência dos Tribunais	578
4.12. Conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual	553	3.1.1. Supremo Tribunal Federal.....	578
5. Competência Criminal da Justiça Estadual.....	554	3.1.2. Superior Tribunal de Justiça	579
6. Justiça Política ou Extraordinária	555	3.1.3. Tribunal Superior Eleitoral	580
CAPÍTULO III – COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....		3.1.4. Superior Tribunal Militar	581
1. Conceito	558	3.1.5. Tribunais Regionais Federais	581
2. Regras básicas.....	558	3.1.6. Tribunais Regionais Eleitorais	581
2.1. (Des) necessidade de autorização judicial prévia do Ministro (ou Desembargador) Relator para fins de deflagração de investigações contra autoridades dotadas de foro por prerrogativa de função	558	3.1.7. Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal	581
2.2. Arquivamento de inquérito nas hipóteses de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República	561	3.1.8. Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.....	582
2.3. Duplo grau de jurisdição	561	3.1.9. Senado Federal.....	582
2.4. (Des)necessidade de o crime ser cometido durante o exercício do cargo e relacionado às funções desempenhadas pelo agente e (im) possibilidade de prorrogação da competência do respectivo Tribunal quando cessado o exercício funcional.....	561	3.1.10. Tribunal Especial.....	582
2.4.1. Regra da contemporaneidade.....	561	3.1.11. Câmara Municipal.....	582
2.4.2. Regra da atualidade.....	563	3.2. Quanto aos titulares de foro por prerrogativa de função.....	583
2.4.3. Regra da atualidade limitada, restrita ou mista.....	564	3.2.1. Presidente da República	583
2.5. Crime cometido após o exercício funcional.....	568	3.2.2. Deputados federais e Senadores.....	584
2.6. Dicotomia entre crime comum e crime de responsabilidade.....	568	3.2.3. Ministros de Estado	584
2.7. Local da infração	570	3.2.4. Membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público	585
2.8. Crime doloso contra a vida.....	570	3.2.5. Governador de Estado	585
2.9. Hipóteses de concurso de agentes	571	3.2.6. Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e membros dos Tribunais Regionais Federais.....	588
2.10. Constituições Estaduais e princípio da simetria.....	573	3.2.7. Membros do Ministério Público Estadual e Juizes Estaduais	588
2.11. Exceção da verdade	575	3.2.8. Membros do Ministério Público da União	589
		3.2.9. Deputados Estaduais.....	590
		3.2.10. Prefeitos municipais.....	591
		3.2.11. Vereadores	592
		4. Quadro sinóptico de competência por prerrogativa de função.....	593
		CAPÍTULO IV – COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....	
		1. Introdução.....	594
		2. Competência territorial pelo lugar da consumação da infração	595
		3. Casuística	596

3.1. Quanto às espécies de infração penal.....	596	1.5.2.3. Concurso entre a Justiça Federal e a Estadual.....	634
3.2. Quanto aos crimes em espécie.....	600	1.5.3. Jurisdições da mesma categoria.....	634
3.2.1. Competência territorial para o processo e julgamento dos crimes de estelionato (Lei n. 14.155, de 27 de maio de 2021)	603	1.6. Separação de processos.....	635
4. Competência territorial pela residência ou domicílio do réu.....	607	1.6.1. Separação obrigatória dos processos..	635
5. Competência territorial na Justiça Federal, na Justiça Militar (da União e dos Estados) e na Justiça Eleitoral.....	608	1.6.1.1. Concurso entre a jurisdição comum e a militar.....	635
CAPÍTULO V – COMPETÊNCIA DE JUÍZO.....	608	1.6.1.2. Concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.....	635
1. Determinação do juízo competente.....	608	1.6.1.3. Doença mental superveniente à prática delituosa.....	636
2. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....	609	1.6.1.4. Citação por edital de um dos corréus, seguida de seu não comparecimento e não constituição de defensor.....	636
3. Juízo colegiado em primeiro grau de jurisdição para o julgamento de crimes praticados por organizações criminosas.....	612	1.6.1.5. Antiga hipótese de ausência de intimação da pronúncia ou de não comparecimento do acusado à sessão de julgamento do júri, em se tratando de crime inafiançável.....	636
3.1. Conceito legal de organizações criminosas.	612	1.6.1.6. Recusas peremptórias no júri	636
3.2. Formação do juízo colegiado em primeiro grau.....	615	1.6.1.7. Suspensão do processo em relação ao colaborador.....	637
3.3. Varas criminais colegiadas para o julgamento de crimes de pertinência a organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição, do crime do art. 288-A do Código Penal, e das infrações penais conexas aos referidos delitos (Lei n. 12.694/12, art. 1º-A, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	619	1.6.2. Separação facultativa de processos.....	637
4. Competência do Juízo da Execução Penal.....	620	1.6.2.1. Infrações praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.....	638
4.1. Execução da pena de multa.....	622	1.6.2.2. Excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória.....	639
5. Competência por distribuição.....	624	1.6.2.3. Motivo relevante pelo qual o juiz reputa conveniente a separação	639
6. Competência por prevenção.....	625	1.7. Perpetuação da competência nas hipóteses de conexão e continência.....	639
CAPÍTULO VI – MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA.....	628	2. Prorrogação de competência.....	641
1. Conexão e continência.....	628	3. Perpetuação de competência.....	641
1.1. Introdução.....	628	TÍTULO 6 • PROVAS.....	643
1.2. Conexão.....	629	CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DAS PROVAS	643
1.3. Continência.....	630	1. Terminologia da prova.....	643
1.4. Efeitos da conexão e da continência.....	631	1.1. Acepções da palavra prova.....	643
1.5. Foro prevalente.....	633	1.2. Distinção entre prova e elementos informativos.....	644
1.5.1. Competência prevalente do Tribunal do Júri.....	633	1.3. Provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.....	645
1.5.2. Jurisdições distintas.....	633	1.4. Destinatários da prova.....	647
1.5.2.1. Concurso entre a jurisdição comum e a especial.....	633	1.5. Elemento de prova e resultado da prova.....	647
1.5.2.2. Concurso entre órgãos de jurisdição superior e inferior.....	633		

1.6. Finalidade da prova	648	5.1. Limitações ao direito à prova.....	673
1.7. Sujeitos da prova	648	5.1.1. Provas ilícitas e ilegítimas	674
1.8. Forma da prova	648	5.1.2. Tratamento da (in) admissibilidade das provas ilícitas e ilegítimas	676
1.9. Fonte de prova, meios de prova e meios de obtenção de prova.....	648	5.2. Prova ilícita por derivação (teoria dos frutos da árvore envenenada ou ilicitude por reverberação)	677
1.9.1. Meios extraordinários de obtenção de prova (técnicas especiais de investigação).....	649	5.3. Limitações à prova ilícita por derivação.....	679
1.10. Prova direta e prova indireta.....	650	5.3.1. Da teoria da fonte independente.....	679
1.11. Indício: prova indireta ou prova semi-plena.....	650	5.3.2. Teoria da descoberta inevitável	680
1.12. Suspeita	652	5.3.3. Limitação da mancha purgada (vícios sanados ou tinta diluída)	682
1.13. Objeto da prova.....	652	5.3.4. Exceção da boa-fé.....	683
1.14. Prova direta (positiva) e contrária (negativa); a contraprova	654	5.3.5. A teoria do risco	684
1.15. Prova emprestada.....	654	5.3.6. Limitação da destruição da mentira do imputado	685
1.16. Prova nominada e prova inominada.....	657	5.3.7. A <i>plain view doctrine</i> (doutrina da visão aberta) e os campos abertos	685
1.17. Prova típica e prova atípica	657	5.3.7.1. Teoria do encontro fortuito de provas (serendipidade) e crime achado	686
1.18. Prova anômala e prova irritual	657	5.3.8. Limitação da renúncia do interessado	688
1.19. Critérios de decisão (<i>standards</i> probatórios)	658	5.3.9. A limitação da infração constitucional alheia	689
1.20. Valoração racional da prova e cronologia da atividade probatória	659	5.3.10. A limitação da infração constitucional por pessoas que não fazem parte do órgão policial	689
2. Ônus da prova	660	5.4. Inutilização da prova ilícita	690
2.1. Conceito	660	5.4.1. Inutilização da prova ilícita no Tribunal do Júri.....	691
2.2. Ônus da prova perfeito e menos perfeito	661	5.5. Descontaminação do julgado (desentranhamento do juiz ou teoria dos frutos da mente envenenada).....	692
2.3. Ônus da prova objetivo e subjetivo.....	661	6. Princípios relativos à prova penal.....	693
2.4. Distribuição do ônus da prova no processo penal.....	662	6.1. Princípio da proporcionalidade.....	693
2.4.1. Ônus da prova da acusação e da defesa	663	6.1.1. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita <i>pro reo</i>	694
2.4.2. Ônus da prova exclusivo da acusação	664	6.1.2. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita <i>pro societate</i>	694
2.4.2.1. Teoria da perda de uma chance probatória	665	6.2. Princípio da comunhão da prova ou da aquisição processual	696
2.5. Inversão do ônus da prova	666	6.3. Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	696
2.5.1. Confisco alargado e (im) possibilidade de inversão do ônus da prova	667	6.4. Princípio da oralidade.....	697
3. Iniciativa probatória do juiz: a gestão da prova pelo magistrado	669	6.4.1. Princípio da identidade física do juiz.	697
4. Sistemas de avaliação da prova	669	6.4.1.1. Magistrados instrutores e princípio da identidade física do juiz	699
4.1. Sistema da íntima convicção do magistrado.....	669		
4.2. Sistema da prova tarifada.....	670		
4.3. Sistema do convencimento motivado (persuasão racional do juiz).....	672		
5. Da prova ilegal.....	673		

6.5. Princípio da liberdade probatória	700	1.2.9. Autópsia e exumação para exame cada- vérico.....	724
6.5.1. Liberdade probatória quanto ao mo- mento da prova	700	1.2.10. Laudo pericial complementar no crime de lesões corporais	724
6.5.2. Liberdade probatória quanto ao tema da prova	700	1.2.11. Exame pericial de local de crime.....	725
6.5.3. Liberdade probatória quanto aos meios de prova	700	1.2.12. Perícias de laboratório	725
6.6. Princípio do <i>favor rei</i>	702	1.2.13. Exame pericial para avaliação do pre- juízo causado pelo delito.....	725
CAPÍTULO II – MEIOS DE PROVA E MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA EM ESPÉCIE.....		1.2.14. Exame pericial nos casos de incêndio	725
1. DO Exame de corpo de delito, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS perícias EM GERAL	702	1.2.15. Exame pericial para reconhecimento de escritos.....	725
1.1. Cadeia de custódia.....	702	1.2.16. Exame pericial dos instrumentos do crime	726
1.1.1. Etapas do rastreamento do vestígio na cadeia de custódia	708	1.2.17. Exame pericial por meio de carta pre- catória	726
1.1.2. Coleta dos vestígios.....	710	2. Interrogatório judicial	726
1.1.3. Recipientes para acondicionamento de vestígios.....	711	2.1. Conceito	726
1.1.4. Centrais de custódia.....	711	2.2. Natureza jurídica.....	726
1.1.5. Destinação do material após a reali- zação da perícia.....	712	2.3. Momento procedimental adequado para a realização do interrogatório	727
1.2. Do exame de corpo de delito e das perícias em geral	712	2.4. Condução coercitiva.....	730
1.2.1. Do corpo de delito.....	712	2.5. Foro competente para a realização do in- terrogatório	730
1.2.2. Exame de corpo de delito e outras perícias.....	712	2.6. Ausência do interrogatório.....	730
1.2.3. Laudo pericial	714	2.6.1. Não realização de interrogatório por videoconferência de acusado foragido.....	731
1.2.3.1. Momento para a juntada do laudo pericial.....	714	2.7. Características do interrogatório.....	731
1.2.3.2. Sistemas de apreciação dos laudos periciais.....	715	2.7.1. Ato personalíssimo	731
1.2.3.3. Laudo pericial e contraditório	715	2.7.2. Ato contraditório.....	731
1.2.3.4. (Im) prescindibilidade da assina- tura do laudo toxicológico definitivo pelo perito criminal para fins de comprovação da materialidade do delito de tráfico de drogas	715	2.7.3. Ato assistido tecnicamente.....	732
1.2.4. Obrigatoriedade do exame de corpo de delito: infrações transeuntes e não transeuntes.	716	2.7.4. Ato oral	733
1.2.5. Exame de corpo de delito direto e indi- reto	716	2.7.5. Ato individual	733
1.2.5.1. Casuística.....	717	2.7.6. Ato bifásico.....	733
1.2.6. Ausência do exame de corpo de delito.....	720	2.7.7. Ato protegido pelo direito ao silêncio	734
1.2.7. Peritos: oficiais e não oficiais	720	2.7.8. Liberdade de autodeterminação.....	734
1.2.7.1. Número de peritos	722	2.7.9. Ato público	736
1.2.8. Assistente técnico.....	723	2.7.10. Ato realizável a qualquer momento, antes do trânsito em julgado	736
		2.8. Local da realização do interrogatório	736
		2.9. Nomeação de curador	737
		2.10. Interrogatório por videoconferência.....	737
		2.10.1. Breve histórico da Lei nº 11.900/09: a Lei paulista nº 11.819/05.....	737
		2.10.2. A entrada em vigor da Lei nº 11.900/09.....	738

2.10.3. Finalidades do uso da videoconferência	739	5.5.7. Assunção do compromisso de dizer a verdade	761
2.10.4. Intimação das partes da realização da videoconferência.....	740	5.5.8. Qualificação da testemunha.....	761
2.10.5. Direito de presença remota do acusado aos demais atos da audiência una de instrução e julgamento.....	740	5.5.9. Contradita e arguição de parcialidade da testemunha	761
2.10.6. Direito de entrevista prévia e reservada com o defensor.....	740	5.5.10. Colheita do depoimento: exame direto (<i>direct-examination</i>) e exame cruzado (<i>cross-examination</i>).....	762
2.10.7. Da (in) constitucionalidade do interrogatório por videoconferência.....	741	5.5.11. Inversão da ordem de oitiva das testemunhas	764
3. Confissão.....	742	5.6. Direito ao confronto e produção de prova testemunhal incriminadora	765
3.1. Conceito	742	5.6.1. Testemunhas anônimas e direito ao confronto.....	767
3.2. Classificação da confissão.....	742	5.6.2. Testemunhas ausentes e direito ao confronto.....	769
3.3. Características da confissão	744	6. Reconhecimento de pessoas e coisas.....	770
3.4. Valor probatório da confissão	744	6.1. Conceito e natureza jurídica	770
3.5. Circunstância atenuante da confissão.....	745	6.2. Procedimento e consequências decorrentes da atipicidade procedimental	770
4. Declarações do ofendido.....	746	6.3. Valor probatório.....	775
4.1. Dever processual de tutela da integridade física e psicológica da vítima (e das testemunhas) pelas partes e pelos demais sujeitos processuais (Lei Mariana Ferrer).....	748	6.4. Reconhecimento fotográfico e fonográfico (clichê fônico).....	776
5. Prova testemunhal.....	748	7. Acareação	777
5.1. Conceito de testemunha e sua natureza jurídica.....	748	7.1. Conceito e natureza jurídica	777
5.2. Características da prova testemunhal	748	7.2. Procedimento probatório	778
5.3. Deveres das testemunhas.....	749	7.3. Valor probatório.....	778
5.3.1. Dever de depor	749	8. Prova documental	778
5.3.2. Dever de comparecimento	751	8.1. Conceito e espécies.....	778
5.3.3. Dever de prestar o compromisso de dizer a verdade	753	8.2. Produção da prova documental.....	780
5.3.4. Dever de comunicar mudança de residência	754	8.3. Tradução de documentos em língua estrangeira	781
5.4. Espécies de testemunhas.....	754	8.4. Restituição de documentos	781
5.4.1. Testemunhas vulneráveis e depoimento sem dano (depoimento especial).....	755	9. Indícios	781
5.4.2. Depoimento policial.....	757	10. Busca e apreensão	781
5.5. Procedimento para a oitiva de testemunhas	758	10.1. Conceito e natureza jurídica	781
5.5.1. Apresentação do rol de testemunhas..	758	10.2. Iniciativa e decretação.....	782
5.5.2. Intimação das testemunhas.....	759	10.3. Objeto.....	783
5.5.3. Substituição de testemunhas.....	759	10.4. Espécies de busca: domiciliar, pessoal e exploratória	784
5.5.4. Desistência da oitiva de testemunhas .	759	10.4.1. Busca domiciliar	784
5.5.5. Incomunicabilidade das testemunhas	760	10.4.1.1. Conceito de dia.....	784
5.5.6. Retirada do acusado da sala de audiência	760	10.4.1.2. Conceito de casa.....	787
		10.4.1.3. Flagrante delito e violação do domicílio independentemente de prévia autorização judicial.....	790

10.4.1.4. Consentimento do morador	797	11.1.7. Finalidade da interceptação telefônica: obtenção de elementos probatórios em investigação criminal ou instrução processual penal	834
10.4.1.5. Mandado de busca e apreensão	802	11.1.8. Requisitos para a interceptação telefônica	835
10.4.1.5.1. Mandado de busca e apreensão genérico (ou coletivo) e mandado de busca e apreensão itinerante (ou adesividade do mandado de busca)	803	11.1.8.1. Ordem fundamentada da autoridade judiciária competente (teoria do juízo aparente)	835
10.4.1.6. Execução da busca domiciliar	804	11.1.8.1.1. Da fundamentação da decisão	838
10.4.1.7. Descoberta de outros elementos probatórios e teoria do encontro fortuito de provas	805	11.1.8.2. Indícios razoáveis de autoria ou participação	839
10.4.2. Busca pessoal	806	11.1.8.3. Quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis	840
10.4.2.1. Fuga de suspeito ao avistar uma guarnição policial e (im) possibilidade de realização de busca pessoal (ou veicular)	810	11.1.8.4. Infração penal punida com pena de reclusão (crime de catálogo)	840
10.4.2.2. Revista íntima em presídios	812	11.1.8.5. Delimitação da situação objeto da investigação e do sujeito passivo da interceptação	842
11. Interceptação telefônica e captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	814	11.1.9. Sigilo profissional do advogado	842
11.1. Interceptação telefônica	814	11.1.10. Encontro fortuito de elementos probatórios em relação a outros fatos delituosos (serendipidade)	843
11.1.1. Sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas	814	11.1.10.1. Encontro fortuito de diálogos mantidos com autoridade dotada de foro por prerrogativa de função e momento adequado para a remessa dos autos ao Tribunal competente	845
11.1.2. Direito intertemporal e Lei nº 9.296/96	816	11.1.11. Procedimento	846
11.1.3. Conceito de interceptação	818	11.1.12. Decretação da interceptação telefônica de ofício pelo juiz	847
11.1.4. Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais)	820	11.1.13. Segredo de justiça	847
11.1.5. Comunicações telefônicas de qualquer natureza	820	11.1.14. Duração da interceptação	848
11.1.5.1. Gerações de provas (trilogia Olmstead-Katz-Kyllo) e (des) necessidade de autorização judicial para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos	824	11.1.15. Execução da interceptação telefônica	849
11.1.5.1.1. Direito probatório de 1ª geração: o caso Olmstead	824	11.1.16. Incidente de inutilização da gravação que não interessar à prova	852
11.1.5.1.2. Direito probatório de 2ª geração: o caso Katz	824	11.1.17. Resolução nº 59/08 do CNJ e Resolução 36/09 do CNMP	853
11.1.5.1.3. Direito probatório de 3ª geração: o caso Kyllo	824	11.1.18. Caso Escher e outros (Corte Interamericana de Direitos Humanos)	854
11.1.5.1.4. (Des) necessidade de autorização judicial prévia para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos	825	11.2. Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	854
11.1.6. Quebra do sigilo de dados telefônicos	832	11.2.1. Noções introdutórias	854
		11.2.2. Captação ambiental	855
		11.2.3. (I)licitude da captação ambiental e (des)necessidade de prévia autorização judicial	856

11.2.4. Procedimento e requisitos para a captação ambiental	860	13.10. Sobrestamento do prazo para oferecimento da denúncia ou suspensão do processo, com a consequente suspensão da prescrição	898
11.2.5. Local e forma de instalação dos meios eletrônicos de produção de provas	861	13.11. Valor probatório da colaboração premiada: regra da corroboração	899
11.2.5.1. (Im) possibilidade de instalação do dispositivo de captação ambiental na casa do investigado	861	13.12. Observância do contraditório e da ampla defesa	900
11.2.6. Prazo de duração da captação ambiental	863	13.12.1. A implicação do acordo na ordem de manifestação dos acusados.....	903
11.2.7. Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais) e (im) possibilidade de utilização exclusivamente em favor da defesa quando demonstrada a integridade da gravação	863	13.13. Acordo de colaboração premiada.....	904
11.2.8. Aplicação subsidiária à captação ambiental das regras atinentes à interceptação das comunicações telefônicas	868	13.13.1. Proposta para formalização de acordo de colaboração premiada (<i>proffer session ou queen for a day</i>).....	905
12. Quebra do sigilo de dados bancários, financeiros e fiscais.....	868	13.13.2. Conteúdo do acordo de colaboração premiada	907
13. Colaboração premiada	875	13.13.3. Legitimidade para a celebração do acordo de colaboração premiada.....	909
13.1. Origem e conceito	875	13.13.4. Retratação do acordo.....	911
13.2. Natureza jurídica da colaboração premiada	875	13.13.5. Distinção entre retratação, rescisão e anulação do acordo de colaboração premiada	911
13.3. Distinção entre colaboração premiada e delação premiada (chamamento de corrêu).....	876	13.13.6. Intervenção do juiz	913
13.4. Ética, moral e dever de sigilo	877	13.13.7. Momento para a celebração do acordo de colaboração premiada.....	918
13.4.1. (Im) possibilidade de o advogado efetuar colaboração premiada contra quem seja ou tenha sido seu cliente	878	13.13.8. Publicidade do acordo de colaboração premiada.....	919
13.5. Direito ao silêncio.....	879	14. Ação controlada	919
13.6. Previsão normativa.....	880	14.1. Conceito e previsão legal.....	919
13.6.1. Lei de proteção às testemunhas (Lei nº 9.807/99).....	883	14.2. (Des) necessidade de prévia autorização judicial	921
13.6.2. Nova Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13).....	884	14.3. Flagrante prorrogado, retardado ou diferido.....	923
13.6.3. (Im) possibilidade de utilização da colaboração premiada no âmbito da ação civil pública por ato de improbidade administrativa	887	14.4. Entrega vigiada.....	924
13.7. Voluntariedade e motivação da colaboração	887	15. Infiltração de agentes.....	924
13.7.1. (Im) possibilidade de celebração de acordo de colaboração premiada com investigados (ou acusados) presos.....	888	15.1. Conceito e previsão normativa	924
13.8. Eficácia objetiva da colaboração premiada	889	15.2. Atribuição para a infiltração: agentes de polícia.....	925
13.9. Prêmios legais.....	890	15.2.1. (Im)possibilidade de infiltração de particulares	926
13.9.1. (Im) possibilidade de sanções premiais extralegais	896	15.3. Requisitos para a infiltração.....	926
		15.4. Duração da infiltração	928
		15.5. Agente infiltrado, agente provocador (<i>entrapment doctrine</i> ou teoria da armadilha) e agente de inteligência.....	929
		15.6. Sustação da operação	931
		15.7. Responsabilidade criminal do agente infiltrado	931

15.8. Infiltração virtual.....	932	1. Conceito de prisão e seu fundamento constitu-	966
16. Agente policial disfarçado.....	933	cional.....	
TÍTULO 7 • MEDIDAS CAUTELARES DE		2. Espécies de prisão	966
NATUREZA PESSOAL	935	3. Prisão Extrapenal	966
CAPÍTULO I		3.1. Prisão civil.....	966
DAS PREMISSAS FUNDAMENTAIS E		3.1.1. Prisão civil do devedor de alimentos	
ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	935	e do depositário infiel.....	966
1. A tutela cautelar no processo penal.....	935	3.1.2. Prisão do falido.....	968
1.1. Lei nº 12.403/11 e o fim da bipolaridade		3.2. Prisão administrativa	969
das medidas cautelares de natureza pessoal		3.2.1. Prisão do estrangeiro para fins de	
previstas no Código de Processo Penal.....	936	extradição, expulsão e deportação.....	969
2. Princípios aplicáveis às medidas cautelares de		3.3. Prisão militar	971
natureza pessoal.....	938	3.3.1. Da prisão militar em virtude de	
2.1. Da Presunção de inocência (ou da não		transgressão disciplinar.....	971
culpabilidade)	938	3.3.2. Da prisão militar em virtude de cri-	
2.2. Da jurisdicionalidade (princípio tácito ou		me propriamente militar.....	974
implícito da individualização da prisão e não		4. Prisão penal (<i>carcer ad poenam</i>).....	975
somente da pena)	938	5. Prisão Cautelar (<i>carcer ad custodiam</i>).....	975
2.2.1. Da vedação da prisão cautelar <i>ex lege</i> .	942	6. Momento da prisão.....	977
2.3. Da proporcionalidade	943	6.1. Inviolabilidade do domicílio	977
3. Pressupostos das medidas cautelares: <i>fumus</i>		6.2. Conceito de dia	977
<i>comissi delicti e periculum libertatis</i>	946	6.3. Cláusula de reserva de jurisdição	977
4. Características das medidas cautelares	949	6.4. Momento da prisão e Código Eleitoral	978
5. Procedimento para a aplicação das medidas		7. Imunidades prisionais	978
cautelares de natureza pessoal.....	950	7.1. Presidente da República e Governadores	
5.1. Aplicação isolada ou cumulativa das me-		de Estado	978
das cautelares.....	950	7.2. Imunidade diplomática.....	979
5.2. Vedação à decretação de medidas caute-		7.3. Senadores, deputados federais, estaduais	
lares pelo juiz de ofício na fase investigatória		ou distritais	980
e na fase processual.....	950	7.3.1. (Im) possibilidade de prisão em fla-	
5.3. Legitimidade para o requerimento de de-		grante de parlamentares federais, estaduais	
cretação de medida cautelar	954	ou distritais	981
5.4. Contraditório prévio à decretação das		7.3.2. (Im) possibilidade de decretação da	
medidas cautelares	956	prisão preventiva (ou temporária) de par-	
5.5. Descumprimento injustificado das obri-		lamentares federais, estaduais ou distritais ..	983
gações inerentes às medidas cautelares.....	957	7.4. Magistrados e membros do Ministério	
5.6. Revogabilidade e/ou substitutividade das		Público	984
medidas cautelares	959	7.5. Advogados	985
5.7. Recursos cabíveis	961	7.6. Menores de 18 anos.....	985
5.7.1. Em favor da acusação	961	8. Prisão e emprego de força.....	986
5.7.2. Em favor do acusado.....	962	8.1. Instrumentos de menor potencial ofensivo	
5.8. Duração e extinção das medidas cautelares		(ou não letais).....	986
de natureza pessoal.....	963	9. Mandado de prisão	987
5.9. Detração	963	9.1. Cumprimento do mandado de prisão	989
CAPÍTULO II – PRISÃO.....	966	9.2. Difusão vermelha (<i>red notice</i>).....	993

9.2.1. Difusão vermelha a ser executada no exterior	994	9.8. (Im) possibilidade de conversão da audiência de custódia em audiência una de instrução e julgamento	1023
9.2.2. Difusão vermelha a ser cumprida no Brasil	994	9.9. Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de discriminantes	1023
10. Prisão Especial e separação de presos provisórios	995	9.10. Liberdade provisória proibida (CPP, art. 310, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	1023
10.1. Prisão de indígenas.....	998	9.11. Consequências decorrentes da não realização da audiência de custódia.....	1024
11. Sala de Estado-Maior.....	999	9.12. Tipificação do crime de abuso de autoridade (Lei n. 13.869/19).....	1026
CAPÍTULO III – DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS ATINENTES À TUTELA DA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO		CAPÍTULO IV – DA PRISÃO EM FLAGRANTE	
1. Da observância dos direitos fundamentais no Estado de Direito.....	1000	1. Conceito de prisão em flagrante	1026
2. Do respeito à integridade física e moral do preso	1001	2. Funções da prisão em flagrante	1027
2.1. Respeito à integridade moral do preso e sua indevida exposição à mídia (“Perp Walk”)..	1002	3. Fases da prisão em flagrante.....	1027
2.2. Respeito à integridade física e moral do preso e uso de algemas	1002	4. Natureza jurídica da prisão em flagrante delito ..	1028
2.2.1. Vedação ao uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato	1003	5. Sujeito ativo da prisão em flagrante	1030
2.3. Caso Damião Ximenes Lopes	1004	5.1. Flagrante facultativo	1030
3. Da comunicação imediata da prisão ao juiz competente e ao Ministério Público	1004	5.2. Flagrante obrigatório, compulsório ou coercitivo	1030
4. Da comunicação imediata da prisão à família do preso ou à pessoa por ele indicada.....	1005	6. Sujeito passivo do flagrante	1031
5. Do direito ao silêncio (<i>nemo tenetur se detegere</i>)	1006	7. Espécies de flagrante.....	1031
6. Da assistência de advogado ao preso	1006	7.1. Flagrante próprio, perfeito, real ou verdadeiro	1032
7. Do direito do preso à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.....	1008	7.2. Flagrante impróprio, imperfeito, irreal ou quase-flagrante	1032
8. Do relaxamento da prisão ilegal	1009	7.3. Flagrante presumido, ficto ou assimilado ...	1033
9. Audiência de custódia (ou de apresentação).....	1011	7.4. Flagrante preparado, provocado, crime de ensaio, delito de experiência ou delito putativo por obra do agente provocador	1034
9.1. Conceito, natureza jurídica e finalidades	1011	7.5. Flagrante esperado.....	1035
9.2. Previsão normativa.....	1012	7.5.1. Venda simulada de droga ou outros objetos ilícitos (v.g., armas de fogo)	1035
9.3. Presidência da audiência de custódia	1013	7.6. Flagrante prorrogado, protelado, retardado ou diferido: ação controlada e entrega vigiada.....	1037
9.4. Prazo	1014	7.7. Flagrante forjado, fabricado, maquinado ou urdido.....	1037
9.5. Procedimento adequado.....	1016	8. Prisão em flagrante nas várias espécies de crimes	1037
9.6. (Im) possibilidade de utilização da videoconferência	1017	8.1. Prisão em flagrante em crime permanente.	1037
9.7. (Im) possibilidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária) de ofício pelo juiz	1020	8.2. Prisão em flagrante em crime habitual.....	1038
		8.3. Prisão em flagrante em crime de ação penal privada e em crime de ação penal pública condicionada.....	1038

8.4. Prisão em flagrante em crimes formais.....	1039	4.2. Legitimidade para o requerimento de decretação da prisão preventiva.....	1055
8.5. Prisão em flagrante em crime continuado (flagrante fracionado).....	1039	5. Pressupostos.....	1055
9. Flagrante e apresentação espontânea do agente ..	1040	5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	1056
10. Lavratura do auto de prisão em flagrante delito.....	1040	5.2. Perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado: princípio da atualidade (ou contemporaneidade) do <i>periculum libertatis</i>	1056
10.1. Autoridade com atribuições para a lavratura do auto de prisão em flagrante	1041	5.2.1. Garantia da ordem pública	1057
10.2. Condutor e testemunhas.....	1042	5.2.2. Garantia da ordem econômica	1061
10.3. Interrogatório do preso.....	1042	5.2.3. Garantia de aplicação da lei penal	1062
10.4. Fracionamento do auto de prisão em flagrante delito.....	1044	5.2.3.1. Prisão de estrangeiros e garantia de aplicação da lei penal	1063
10.5. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito	1044	5.2.4. Conveniência da instrução criminal... ..	1064
10.6. Relaxamento da prisão em flagrante pela autoridade policial (auto de prisão em flagrante negativo).....	1044	5.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares	1065
10.7. Recolhimento à prisão	1045	6. Hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva	1066
10.8. Remessa do auto à autoridade competente.....	1045	6.1. Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos.....	1066
10.9. Remessa do auto de prisão em flagrante delito à autoridade judiciária.....	1046	6.2. Investigado ou acusado condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no art. 64, inciso I, do Código Penal.....	1067
10.10. Remessa do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública, se o autuado não informar o nome de seu advogado.....	1046	6.3. Quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência	1067
10.11. Nota de culpa	1046	6.4. Dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou não fornecimento de elementos suficientes para seu esclarecimento	1069
11. Convalidação judicial da prisão em flagrante....	1046	7. Prisão preventiva e excludentes de ilicitude e de culpabilidade.....	1071
11.1. Relaxamento da prisão em flagrante ilegal	1047	8. Duração da prisão preventiva e excesso de prazo na formação da culpa	1071
11.2. Conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária).....	1048	8.1. Noções introdutórias.....	1071
11.3. Concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, cumulada (ou não) com as medidas cautelares diversas da prisão	1050	8.2. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e novo prazo para a conclusão do processo quando o acusado estiver preso	1073
CAPÍTULO V – DA PRISÃO PREVENTIVA.....	1051	8.3. Natureza do prazo para o encerramento do processo e princípio da proporcionalidade ..	1075
1. Conceito de prisão preventiva.....	1051	8.4. Hipóteses que autorizam o reconhecimento do excesso de prazo.....	1076
2. Decretação da prisão preventiva durante a fase preliminar de investigações.....	1052	8.5. Excesso de prazo provocado pela defesa	1077
3. Decretação da prisão preventiva durante o curso do processo criminal.....	1053	8.6. Excesso de prazo após a pronúncia ou o encerramento da instrução criminal: mitigação das súmulas 21 e 52 do STJ	1078
3.1. Concessão antecipada de benefícios prisionais ao preso cautelar.....	1054		
4. Iniciativa para a decretação da prisão preventiva	1055		
4.1. (Im)possibilidade de decretação da prisão preventiva pelo juiz de ofício na fase investigatória e no curso do processo penal.....	1055		

8.7. Excesso de prazo e aceleração do julgamento.....	1079
8.8. Relaxamento da prisão por excesso de prazo e decretação de nova prisão.....	1079
8.9. Excesso de prazo e efeito extensivo.....	1079
8.10. Relaxamento da prisão preventiva e liberdade plena.....	1079
8.11. Relaxamento da prisão e natureza da infração penal.....	1080
8.12. Excesso de prazo e investigado ou acusado solto.....	1080
9. Fundamentação da decisão que decreta a prisão preventiva.....	1081
9.1. Rol exemplificativo de decisões não fundamentadas (CPP, art. 315, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	1083
9.2. Fundamentação <i>per relationem</i> (ou <i>aliunde</i>).....	1085
9.3. Pseudoprincípio da confiança no juiz da causa (ou do processo).....	1086
10. Revogação da prisão preventiva.....	1086
11. Obrigatoriedade de revisão periódica da necessidade da manutenção da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias.....	1086
11.1. Juízo obrigado a revisar a necessidade de manutenção da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias.....	1088
11.2. Consequências decorrentes da inobservância do prazo nonagesimal.....	1089
12. Apresentação espontânea do acusado.....	1090
13. Prisão preventiva no Código de Processo Penal Militar.....	1091

CAPÍTULO VI – DA PRISÃO TEMPORÁRIA... 1092

1. Origem.....	1092
2. Conceito de prisão temporária.....	1093
3. Requisitos.....	1093
3.1. Da imprescindibilidade da prisão temporária para as investigações.....	1096
3.2. Ausência de residência fixa e não fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento da identidade do indiciado.....	1097
3.3. Fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes listados no inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/89 e no art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/90.....	1098
4. procedimento.....	1102
5. Prazo.....	1104

6. Direitos e garantias do preso temporário.....	1105
--	------

CAPÍTULO VII – DAS PRISÕES DECORRENTES DE PRONÚNCIA E DE SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL. 1105

1. Análise histórica das prisões decorrentes de pronúncia e de sentença condenatória recorrível....	1105
---	------

CAPÍTULO VIII
DA PRISÃO DOMICILIAR.....1110

1. Da prisão domiciliar.....	1110
1.1. Hipóteses de admissibilidade e ônus da prova.....	1112
1.2. Fiscalização da prisão domiciliar.....	1118
1.3. Saídas controladas.....	1118
1.4. Utilização da prisão domiciliar como medida cautelar diversa da prisão preventiva.....	1119
1.5. Detração.....	1119

CAPÍTULO IX – MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL DIVERSAS DA PRISÃO..... 1119

1. Da ampliação do rol de medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal.....	1119
2. Comparecimento periódico em juízo.....	1120
3. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.....	1122
4. Proibição de manter contato com pessoa determinada.....	1123
5. Proibição de ausentar-se da Comarca ou do País.....	1124
6. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.....	1124
7. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira.....	1125
8. Internação provisória.....	1129
9. Fiança.....	1132
10. Monitoração eletrônica.....	1132
11. Condução coercitiva.....	1135
12. Medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão previstas na legislação especial.....	1138
13. Poder geral de cautela no processo penal.....	1140

CAPÍTULO X – DA LIBERDADE PROVISÓRIA..... 1143

1. Conceito.....	1143
------------------	------

2. Distinção entre relaxamento da prisão, liberdade provisória e revogação da prisão cautelar.....	1145	8. Liberdade provisória com vinculação.....	1169
2.1. Quadro comparativo entre relaxamento da prisão, revogação da prisão cautelar e liberdade provisória.....	1146	9. Liberdade provisória sem vinculação.....	1169
3. Espécies de liberdade provisória.....	1147	10. Liberdade provisória e definição jurídica do fato delituoso pela autoridade policial ou pelo Ministério Público.....	1170
4. Liberdade provisória sem fiança.....	1147	11. Liberdade provisória e recursos.....	1170
4.1. Revogada liberdade provisória sem fiança nas hipóteses em que o conduzido livrava-se solto.....	1147	12. Liberdade provisória no Código de Processo Penal Militar.....	1171
4.2. Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de discriminantes.....	1148	13. Menagem.....	1173
4.3. Revogada liberdade provisória sem fiança pela inexistência de hipótese que autorizasse a prisão preventiva (antiga redação do art. 310, parágrafo único).....	1149	TÍTULO 8 • QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	
4.4. Liberdade provisória sem fiança por motivo de pobreza.....	1151	1. Noções gerais.....	1175
5. Liberdade provisória com fiança.....	1151	2. Questões prejudiciais.....	1175
5.1. Conceito e natureza jurídica da fiança.....	1151	2.1. Conceito e natureza jurídica.....	1176
5.2. Momento para a concessão da fiança.....	1152	2.2. Características.....	1176
5.3. Concessão de fiança pela autoridade policial.....	1153	2.3. Distinção entre questões prejudiciais e questões preliminares.....	1177
5.4. Valor da fiança.....	1154	2.4. Classificação das questões prejudiciais.....	1178
5.5. Infrações infiançáveis.....	1154	2.4.1. Quanto à natureza.....	1178
5.6. Obrigações processuais.....	1155	2.4.2. Quanto à competência.....	1179
5.7. Incidentes relativos à fiança.....	1156	2.4.3. Quanto aos efeitos.....	1180
5.7.1. Quebramento da fiança.....	1156	2.4.4. Quanto ao grau de influência da questão prejudicial sobre a prejudicada.....	1180
5.7.2. Fiança definitiva.....	1157	2.5. Sistemas de Solução.....	1180
5.7.3. Perda da fiança.....	1157	2.6. Questões prejudiciais devolutivas absolutas (heterogêneas relativas ao estado civil das pessoas).....	1181
5.7.4. Cassação da fiança.....	1157	2.6.1. Pressupostos.....	1181
5.7.5. Reforço da fiança.....	1157	2.6.2. Consequências.....	1182
5.7.6. Fiança sem efeito (inidoneidade da fiança).....	1158	2.7. Questões prejudiciais devolutivas relativas (heterogêneas não relativas ao estado civil das pessoas).....	1184
5.7.7. Dispensa da fiança.....	1158	2.7.1. Pressupostos.....	1184
5.7.8. Conversão da liberdade provisória com fiança em liberdade provisória sem fiança.....	1158	2.7.2. Consequências.....	1185
5.7.9. Destinação da fiança.....	1158	2.8. Recursos cabíveis.....	1185
5.7.10. Execução da fiança.....	1159	2.9. Decisão cível acerca da questão prejudicial heterogênea e sua influência no âmbito criminal.....	1186
6. Liberdade provisória obrigatória.....	1159	2.10. Princípio da suficiência da ação penal.....	1186
7. Liberdade provisória proibida.....	1160	3. Exceções.....	1186
7.1. Liberdade provisória proibida para agentes reincidentes, integrantes de organizações criminosas armadas ou milícias, ou que portem arma de fogo de uso restrito (CPP, art. 310, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	1167	3.1. Conceito.....	1186
		3.2. Exceções ou objeções.....	1187
		3.3. Classificação das exceções.....	1187
		3.3.1. Quanto à natureza.....	1187
		3.3.2. Quanto aos efeitos.....	1188

3.3.3. Quanto à forma de processamento.....	1188	3.9.5. Duplicidade de sentenças condenatórias com trânsito em julgado.....	1202
3.4. Natureza Jurídica.....	1188	3.9.6. Procedimento da exceção de coisa julgada.....	1202
3.5. Exceção de suspeição, de impedimento ou de incompatibilidade.....	1188	4. Conflito de competência.....	1203
3.5.1. Procedimento da exceção de suspeição (impedimento e incompatibilidade).....	1189	5. Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público.....	1208
3.5.1.1. Reconhecimento de ofício da suspeição.....	1189	6. Restituição de coisas apreendidas.....	1210
3.5.1.2. Oposição da exceção de suspeição.....	1189	6.1. Apreensão.....	1211
3.5.1.3. Apreciação da exceção de suspeição pelo juiz excepto.....	1191	6.2. Vedações e restrições à restituição de coisas apreendidas.....	1213
3.5.1.4. Julgamento da exceção de suspeição pelo Tribunal competente.....	1192	6.2.1. Destinação das coisas apreendidas não restituídas.....	1215
3.5.1.5. Recursos cabíveis.....	1192	6.3. Procedimento da restituição de coisas apreendidas.....	1215
3.5.2. Suspeição nos Tribunais de 2ª instância e nos Tribunais Superiores.....	1192	6.3.1. Recursos cabíveis.....	1217
3.5.3. Suspeição do órgão do Ministério Público.....	1193	7. Medidas assecuratórias.....	1218
3.5.4. Suspeição de serventuários, de funcionários da justiça, peritos e intérpretes.....	1194	7.1. Noções introdutórias.....	1218
3.5.5. Suspeição dos jurados.....	1194	7.1.1. Jurisdicionalidade.....	1219
3.5.6. Suspeição da autoridade policial.....	1194	7.1.2. Pressupostos.....	1219
3.6. Exceção de incompetência.....	1195	7.1.3. Contraditório prévio.....	1220
3.6.1. Do procedimento da exceção de incompetência.....	1195	7.1.4. Bloqueio do patrimônio universal do investigado e (im) possibilidade de liberação dos honorários advocatícios.....	1221
3.6.2. Arguição da incompetência antes do início do processo.....	1195	7.2. Sequestro.....	1221
3.6.3. Recursos cabíveis.....	1196	7.2.1. Procedimento.....	1224
3.7. Exceção de ilegitimidade.....	1197	7.2.2. Defesa.....	1225
3.7.1. Ilegitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad proesum</i>	1197	7.2.3. Levantamento do sequestro.....	1229
3.7.2. Procedimento da exceção de ilegitimidade de parte.....	1197	7.2.4. Destinação final do sequestro.....	1230
3.7.3. Recursos cabíveis.....	1197	7.2.4.1. Destinação de obras de arte ou de outros bens de relevante valor cultural a museus públicos.....	1231
3.8. Exceção de litispendência.....	1197	7.2.5. Sequestro de bens de pessoas indicadas por crimes de que resultar prejuízo para a Fazenda Pública (Decreto-Lei n. 3.240/41).....	1232
3.8.1. Procedimento da exceção de litispendência.....	1198	7.3. Especialização e registro da hipoteca legal.....	1233
3.8.2. Recursos cabíveis.....	1199	7.3.1. Momento.....	1235
3.9. Exceção de coisa julgada.....	1199	7.3.2. Pressupostos.....	1235
3.9.1. Conceito de coisa julgada.....	1199	7.3.3. Legitimidade.....	1236
3.9.2. Coisa julgada formal e material.....	1199	7.3.4. Procedimento.....	1237
3.9.3. Coisa julgada e coisa soberanamente julgada.....	1200	7.3.5. Defesa.....	1238
3.9.4. Limites da coisa julgada.....	1200	7.3.6. Finalização.....	1239
3.9.4.1. Limites objetivos.....	1200	7.4. Arresto prévio (ou preventivo).....	1239
3.9.4.2. Limites subjetivos.....	1202	7.5. Arresto subsidiário de bens móveis.....	1240

7.5.1. Inscrição de hipoteca legal e arresto nos crimes de lavagem de capitais.....	1242	3. Partes.....	1281
7.6. Utilização de bens sequestrados, apreendidos ou sujeitos a qualquer medida assecuratória pelos órgãos de segurança pública.....	1244	4. Ministério Público	1282
7.6.1. Conceito e finalidades.....	1244	4.1. (Im)parcialidade do Ministério Público.....	1283
7.6.2. Momento adequado	1245	4.2. Organização do Ministério Público	1285
7.6.3. Requisitos	1245	4.3. Princípios institucionais do Ministério Público	1290
7.6.4. Objeto da medida.....	1245	4.3.1. Princípio do Promotor Natural	1292
7.6.5. Beneficiários da medida.....	1246	4.4. Garantias e vedações	1295
7.7. Alienação antecipada.....	1247	4.5. Impedimento e suspeição do órgão do Ministério Público	1297
7.7.1. Momento	1247	4.6. Promotor <i>ad hoc</i>	1297
7.7.2. Pressupostos	1247	5. Ofendido.....	1298
7.7.3. Legitimidade.....	1248	5.1. Ofendido como querelante.....	1298
7.7.4. Procedimento	1248	5.2. Ofendido como assistente da acusação	1299
7.8. Ação civil de confisco.....	1249	5.2.1. Natureza do interesse do assistente da acusação	1301
8. Incidente de falsidade.....	1251	5.2.2. Habilitação do ofendido como assistente da acusação	1302
8.1. Noções gerais.....	1251	5.2.3. Atribuições do assistente	1304
8.2. Procedimento do incidente de falsidade	1252	6. Acusado	1306
8.3. Recurso adequado	1254	6.1. Capacidade do acusado.....	1307
8.4. Suspensão do processo principal.....	1254	6.1.1. Menores de 18 (dezoito) anos.....	1307
8.5. Coisa julgada	1255	6.1.2. Acusado inimputável	1307
9. Incidente de insanidade mental	1256	6.1.3. Pessoa jurídica	1307
9.1. Instauração do incidente.....	1256	6.1.4. Animais, mortos e seres inanimados..	1307
9.2. Procedimento	1257	6.1.5. Acusado certo e individualizado	1308
9.3. Conclusão do incidente de insanidade mental	1260	6.1.6. Imunidade diplomática.....	1309
9.3.1. Durante o processo judicial	1260	6.2. Autodefesa e presença do acusado	1309
9.3.2. Durante o curso do inquérito policial	1264	6.3. Contumácia do acusado	1309
9.3.3. Durante a execução penal	1264	6.4. Direitos do acusado	1309
TÍTULO 9 • SUJEITOS DO PROCESSO.....	1267	7. Defensor	1310
1. Noções gerais	1267	7.1. Espécies de defensor.....	1311
2. Juiz.....	1267	7.1.1. Defensoria Pública	1313
2.1. Capacidade para ser juiz.....	1268	7.2. Defesa técnica plena e efetiva.....	1318
2.2. Escolha dos juízes	1268	7.3. Abandono do processo pelo defensor.....	1318
2.3. Funções do juiz no processo penal	1269	7.4. Impedimento do defensor	1320
2.3.1. Funções de ordem jurisdicional	1270	8. Assistente da defesa	1320
2.3.2. Funções de ordem administrativa.....	1271	TÍTULO 10 • COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	1323
2.4. Garantias e vedações dos juízes	1271	1. Noções gerais.....	1323
2.5. Imparcialidade do juiz	1273	2. Citação	1323
2.5.1. Impedimento.....	1273	2.1. Efeitos da citação válida.....	1324
2.5.2. Suspeição	1277	2.2. Espécies de citação.....	1325
2.5.3. Incompatibilidade.....	1280		

3. Citação pessoal.....	1326	6.10. Suspensão dos prazos processuais de fim de ano.....	1349
3.1. Citação por mandado.....	1326		
3.2. Citação por carta precatória.....	1327		
3.3. Citação do militar.....	1328	TÍTULO 11 • PROCESSO E PROCEDIMENTO	1353
3.4. Citação de funcionário público.....	1329	CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	1353
3.5. Citação de acusado preso.....	1329	1. Noções gerais.....	1353
3.6. Citação de acusado no estrangeiro.....	1330	1.1. Procedimento e devido processo penal.....	1354
3.7. Citação em legações estrangeiras.....	1331	1.2. Violação às regras procedimentais.....	1354
3.8. Citação mediante carta de ordem.....	1331	2. Classificação do procedimento.....	1355
4. Citação por edital.....	1331	2.1. Classificação do procedimento comum.....	1355
4.1. Hipóteses que autorizam a citação por edital.....	1332	2.1.1. Concursos de crimes, qualificadoras, privilégios, causas de aumento e de diminuição de pena, agravantes e atenuantes.....	1357
4.2. Suspensão do processo e da prescrição (art. 366 do CPP).....	1334	2.2. Procedimento adequado no caso de conexão e/ou continência envolvendo infrações penais sujeitas a ritos distintos.....	1358
4.2.1. Art. 366 do CPP e sua aplicação na Justiça Militar.....	1335	3. Prioridade NA tramitação de processos que apurem a prática de crime hediondo ou com violência contra a mulher.....	1359
4.2.2. Limitação temporal do prazo de suspensão da prescrição.....	1335	3.1. Isenção de custas, taxas ou despesas processuais em favor da vítima nos processos que apurem violência contra a mulher.....	1359
4.2.3. Produção antecipada de provas urgentes.....	1336	4. Antigo procedimento comum ordinário dos crimes punidos com reclusão.....	1360
4.2.4. Prisão preventiva.....	1338		
4.2.5. Comparecimento do acusado.....	1338	CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO.....	1361
4.2.6. Aplicação do art. 366 do CPP na Lei de Lavagem de Capitais.....	1338	1. Oferecimento da peça acusatória.....	1361
5. Citação por hora certa.....	1339	2. Juízo de admissibilidade: rejeição ou recebimento da peça acusatória.....	1362
6. Intimação, notificação E CONTAGEM DE PRAZOS.....	1341	2.1. Momento do juízo de admissibilidade da peça acusatória.....	1362
6.1. Início do prazo e início da contagem do prazo.....	1341	3. Rejeição da peça acusatória.....	1363
6.2. Intimação e notificação do Ministério Público.....	1343	3.1. Causas de rejeição.....	1363
6.3. Intimação e notificação dos Defensores Públicos.....	1345	3.1.1. Inépcia da peça acusatória.....	1363
6.4. Prazo em dobro.....	1345	3.1.2. Falta de pressuposto processual.....	1364
6.5. Intimação e notificação do defensor dativo, do defensor constituído e dos advogados do querelante e do assistente.....	1346	3.1.3. Falta de condições para o exercício da ação penal.....	1365
6.6. Intimação e notificação do ofendido.....	1347	3.1.4. Falta de justa causa (suporte probatório mínimo) para o exercício da ação penal.....	1365
6.7. Intimação e notificação por hora certa.....	1347	3.2. Rejeição parcial da peça acusatória.....	1366
6.8. Intimação e notificação por meios eletrônicos.....	1348	3.3. Recurso cabível contra a rejeição da peça acusatória.....	1366
6.9. (Des) necessidade de observância de prazo mínimo entre a publicação da pauta e o julgamento dos recursos e das ações autônomas de impugnação.....	1349	4. Recebimento da peça acusatória.....	1367
		4.1. (Des) necessidade de fundamentação do recebimento da peça acusatória.....	1368

4.2. Consequências do recebimento da peça acusatória	1369	12.4. <i>Mutatio libelli</i> : eventual necessidade de aditamento	1397
4.3. Recurso cabível contra o recebimento da peça acusatória	1370	12.5. Alegações orais.....	1397
5. Citação do acusado.....	1372	12.5.1. Conteúdo das alegações orais.....	1398
6. Reação defensiva à peça acusatória	1372	12.5.2. Ordem de apresentação das alegações orais (memoriais)	1399
6.1. Extinta defesa prévia	1372	12.5.3. Substituição das alegações orais por memoriais	1400
6.2. Defesa preliminar.....	1372	12.5.4. Não apresentação de alegações orais ou memoriais pelas partes.....	1400
6.2.1. Procedimentos em que há previsão legal de defesa preliminar	1373	12.6. Sentença	1402
6.2.2. Consequências decorrentes da inobservância da defesa preliminar.....	1375	12.7. Registro da audiência.....	1402
6.2.3. Defesa preliminar e (des) necessidade de apresentação concomitante de resposta à acusação.....	1376	CAPÍTULO III – PROCEDIMENTO COMUM	
6.3. Resposta à acusação.....	1377	SUMÁRIO.....	
6.4. Quadro comparativo entre a extinta defesa prévia, a defesa preliminar e a resposta à acusação.....	1380	1. Noções gerais	
7. Revelia.....	1381	2. Distinção entre o procedimento comum ordinário e o procedimento comum sumário	
8. Possível oitiva da acusação	1383	CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	
9. Absolvção sumária.....	1384	1. Princípios constitucionais do júri.....	
9.1. Julgamento antecipado da lide no processo penal.....	1384	1.1. Plenitude de defesa	
9.2. Causas de absolvição sumária no procedimento comum.....	1385	1.1.1. (In) constitucionalidade da tese de legítima defesa da honra (STF, ADPF 779)..	
9.3. Inimputável do art. 26, <i>caput</i> , do CP	1385	1.2. Sigilo das votações	
9.4. Grau de convencimento necessário para a absolvição sumária.....	1386	1.2.1. Sala especial.....	
9.5. Distinção entre a absolvição sumária do procedimento comum e a da 1ª fase do procedimento do júri.....	1386	1.2.2. Incomunicabilidade dos jurados	
9.6. Coisa julgada	1386	1.2.3. Votação unânime.....	
9.7. Recurso adequado	1387	1.3. Soberania dos verdictos	
10. Aceitação da proposta de suspensão condicional do processo	1387	1.3.1. Cabimento de apelação contra decisões do Júri.....	
11. Designação da audiência.....	1388	1.3.2. Cabimento de revisão criminal contra decisões do Júri	
12. Audiência una de instrução e julgamento.....	1389	1.4. Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	
12.1. Da instrução probatória em audiência	1389	2. Procedimento bifásico do Tribunal do Júri.....	
12.1.1. Dever processual de tutela da integridade física e psicológica da vítima (e das testemunhas) pelas partes e pelos demais sujeitos processuais (Lei Mariana Ferrer).....	1390	3. <i>Iudicium accusationis</i> (ou sumário da culpa).....	
12.2. Indeferimento de provas ilícitas, irrelevantes, impertinentes ou protelatórias	1394	3.1. Alegações orais.....	
12.3. Diligências	1396	4. Impronúncia	
		4.1. Natureza jurídica e coisa julgada.....	
		4.2. Provas novas e oferecimento de outra peça acusatória	
		4.3. Infração conexa.....	
		4.4. Despronúncia	
		4.5. Recurso cabível.....	

5. Desclassificação do delito	1419	8.10. Competência para a execução provisória..	1442
5.1. Nova capitulação legal.....	1420	9. Preparação do processo para julgamento pelo	
5.2. Procedimento a ser observado pelo juízo		Tribunal do Júri	1442
singular competente.....	1421	9.1. Ordenamento do processo	1443
5.3. Infração conexa.....	1421	9.2. Ordem do julgamento.....	1444
5.4. Situação do acusado preso.....	1421	9.3. Habilitação do assistente do Ministério	
5.5. Recurso cabível.....	1422	Público.....	1444
5.6. Conflito de competência.....	1423	10. Organização do Júri.....	1444
6. Absolvição sumária.....	1424	10.1. Requisitos para ser jurado	1445
6.1. Inimputável do art. 26, <i>caput</i> , do CP	1425	10.2. Recusa injustificada.....	1447
6.2. Juízo de certeza	1425	10.3. Direitos dos jurados	1447
6.3. Infração conexa.....	1426	10.4. Escusa de consciência	1448
6.4. Natureza jurídica e coisa julgada.....	1426	11. Sessão de julgamento.....	1449
6.5. Recurso cabível.....	1426	11.1. Reunião periódica.....	1449
6.5.1. Recurso de ofício.....	1427	11.2. Ausências	1449
7. Pronúncia	1428	11.2.1. Ausência do órgão do Ministério	
7.1. Pressupostos	1428	Público.....	1449
7.2. Natureza jurídica.....	1429	11.2.2. Ausência do advogado de defesa ou	
7.3. Regra probatória: <i>in dubio pro societate</i> ou		abandono de plenário.....	1449
<i>in dubio pro reo</i>	1430	11.2.3. Ausência do acusado solto	1451
7.4. Fundamentação e eloquência acusatória.....	1431	11.2.4. Ausência do acusado preso.....	1451
7.5. <i>Emendatio e mutatio libelli</i>	1433	11.2.5. Ausência do advogado do assistente	
7.6. Conteúdo da pronúncia	1434	de acusação	1451
7.7. Infrações conexas.....	1435	11.2.6. Ausência do advogado do quere-	
7.8. Constatação do envolvimento de outras		lante.....	1452
pessoas como coautores ou partícipes	1435	11.2.7. Ausência de testemunhas	1452
7.9. Efeitos da pronúncia.....	1436	11.2.8. Ausência do juiz presidente	1453
7.9.1. Decretação da prisão preventiva ou		11.3. Verificação da presença de, pelo menos,	
imposição de medidas cautelares diversas		15 jurados.....	1454
da prisão.....	1437	11.3.1. Empréstimo de jurados	1454
7.10. Intimação da pronúncia.....	1437	11.4.1. Dos jurados	1455
7.11. Recurso cabível	1439	11.4.2. Do juiz-presidente.....	1456
8. Desaforamento	1439	11.4.3. Do órgão do Ministério Público	1456
8.1. Legitimidade para o requerimento de de-		11.5. Composição do Conselho de Sentença	1457
saforamento.....	1439	11.5.1. Recusas motivadas, imotivadas (ou	
8.2. Momento para o desaforamento	1440	peremptórias) e estouro de urna.....	1457
8.3. Hipóteses que autorizam o desaforamento .	1440	11.5.2. Tomada do compromisso dos jura-	
8.4. Aceleração de julgamento.....	1441	dos	1458
8.5. Crimes conexos e coautores	1441	11.6. Instrução em plenário	1458
8.6. Comarca (ou subseção judiciária) para a		11.6.1. Leitura de peças	1459
qual o processo será desaforado.....	1441	11.6.2. Interrogatório do acusado.....	1461
8.7. Efeito suspensivo.....	1442	11.6.2.1. Uso de algemas	1461
8.8. Recursos.....	1442	11.7. Debates.....	1463
8.9. Reaforamento	1442	11.7.1. Réplica e tréplica	1464
		11.7.1.1. Inovação na tréplica.....	1465

11.7.2. Exibição e leitura de documentos em plenário	1466	2.3. Estatuto da Pessoa Idosa	1497
11.7.3. Argumento de autoridade	1467	2.4. Acusados com foro por prerrogativa de função	1498
11.7.4. Direito ao aparte	1468	2.5. Crimes eleitorais	1498
11.7.5. Sociedade indefesa	1468	2.6. Violência doméstica e familiar contra a mulher e aplicação da Lei nº 9.099/95	1498
11.7.6. Acusado indefeso	1469	2.6.1. Violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes e (im) possibilidade de aplicação da Lei n. 9.099/95	1499
11.8. Esclarecimentos aos jurados e possível dissolução do Conselho de Sentença	1471	2.7. Aplicação da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar	1500
12. Quesitação	1472	2.8. Conexão e continência entre crime comum e infração penal de menor potencial ofensivo	1501
12.1. Leitura dos quesitos	1473	2.9. Causas de modificação da competência dos Juizados	1502
12.2. Votação	1474	2.10. Natureza da competência dos Juizados: absoluta ou relativa	1503
12.3. Ordem dos quesitos	1475	2.11. Competência territorial	1505
12.4. Questões diversas	1479	2.11.1. Juizados Especiais Itinerantes	1505
12.4.1. Absolvição imprópria	1479	3. Termo Circunstanciado	1505
12.4.2. Falso testemunho em plenário	1480	4. Situação de flagrância nas infrações de menor potencial ofensivo	1507
12.4.3. Agravantes e atenuantes	1481	4.1. Afastamento do lar nos casos de violência doméstica	1508
12.4.4. Concurso de crimes e homicídio praticado por milícia privada ou por grupo de extermínio	1481	5. Fase preliminar dos Juizados	1509
13. Desclassificação	1482	5.1. Composição dos danos civis	1509
13.1. Desclassificação e infração de menor potencial ofensivo	1484	5.2. Oferecimento de representação	1510
13.2. Desclassificação e crimes conexos	1485	5.3. Transação penal	1511
14. Sentença	1485	5.3.1. Pressupostos de admissibilidade da transação penal	1512
14.1. Sentença absolutória	1486	5.3.2. Procedimento para o oferecimento da proposta de transação penal	1513
14.2. Sentença condenatória	1486	5.3.3. Recusa injustificada de oferecimento da proposta de transação penal	1515
14.2.1. Execução provisória no caso de condenação pelo Júri, independentemente do total da pena aplicada	1486	5.3.4. Momento para o oferecimento da proposta de transação penal	1515
14.2.1.1. (In) constitucionalidade da execução provisória da pena no âmbito do Júri, independentemente do total da pena aplicada	1487	5.3.5. Descumprimento injustificado da transação penal	1517
14.3. Ata	1491	5.3.6. Recurso	1519
14.4. Atribuições do juiz presidente	1491	6. Análise do procedimento comum sumaríssimo ..	1519
CAPÍTULO V – PROCEDIMENTO COMUM SUMARÍSSIMO	1492	6.1. Oferecimento da peça acusatória	1520
1. Constituição Federal e Juizados Especiais Criminais	1492	6.2. Defesa Preliminar	1521
2. Competência dos Juizados Especiais Criminais ..	1495	6.3. Rejeição ou recebimento da peça acusatória	1521
2.1. Conceito de infração de menor potencial ofensivo	1495	6.4. Citação do acusado	1522
2.1.1. Princípio da insignificância e infração de médio potencial ofensivo	1496		
2.2. Excesso de acusação	1497		

6.5. Resposta à acusação.....	1522	2.3. Decisões definitivas	1545
6.6. Possibilidade de absolvição sumária	1523	2.4. Sentença	1545
6.7. Audiência de instrução e julgamento	1523	2.5. Sentenças definitivas, decisões definitivas e com força de definitivas	1545
7. Sistema recursal no âmbito dos Juizados e julgamento pelas turmas recursais	1524	2.6. Decisões executáveis, não executáveis e condicionais	1546
7.1. Apelação nos Juizados.....	1525	2.7. Decisões subjetivamente simples, subjetivamente plúrimas e subjetivamente complexas.....	1546
7.2. Embargos de declaração nos Juizados	1526	2.8. Decisões suicidas, vazias e autofágicas	1546
7.3. Recurso Extraordinário.....	1526	2.9. Decisões condenatórias, declaratórias, constitutivas (positivas e negativas), mandamentais e executivas	1546
7.4. Recurso Especial	1527	3. Estrutura e requisitos da sentença	1547
7.5. <i>Habeas corpus</i>	1527	3.1. Relatório	1547
7.6. Mandado de segurança	1527	3.2. Fundamentação.....	1548
7.7. Revisão criminal	1528	3.2.1. Fundamentação <i>per relationem</i> (ou <i>aliunde</i>).....	1550
8. Representação nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.....	1528	3.3. Dispositivo.....	1551
9. Suspensão condicional do processo	1529	3.4. Autenticação	1552
9.1. Conceito e natureza jurídica	1529	4. Sentença absolutória	1552
9.2. Requisitos de admissibilidade da suspensão condicional do processo.....	1529	4.1. Espécies de sentença absolutória	1552
9.3. Suspensão condicional do processo em crimes de ação penal de iniciativa privada.....	1531	4.2. Presunção de inocência e regra probatória.....	1553
9.4. Iniciativa da proposta de suspensão condicional do processo	1532	4.3. Fundamentos	1553
9.5. Momento para a aceitação da proposta.....	1533	4.4. Efeitos decorrentes da sentença absolutória.....	1554
9.5.1. Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva.....	1533	4.4.1. Efeito principal: colocação do acusado em liberdade	1554
9.6. Aceitação da proposta	1534	4.4.2. Efeitos secundários.....	1555
9.7. Recurso cabível contra a decisão homologatória da suspensão.....	1536	5. Sentença condenatória	1555
9.8. Condições da suspensão condicional do processo	1536	5.1. Fixação da pena.....	1555
9.9. Revogação da suspensão condicional do processo	1538	5.1.1. Fixação da pena-base	1558
9.9.1. Revogação obrigatória	1538	5.1.2. Fixação da pena provisória	1562
9.9.2. Revogação facultativa.....	1538	5.1.3. Fixação da pena definitiva	1566
9.10. Extinção da punibilidade.....	1539	5.1.4. Fixação do regime penitenciário.....	1568
9.11. Suspensão condicional do processo em crimes ambientais.....	1539	5.1.4.1. Detração na sentença condenatória para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade (Lei nº 12.736/12).....	1570
10. Execução no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.....	1540	5.1.5. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	1571
TÍTULO 12 • SENTENÇA PENAL.....	1543	5.1.6. Fixação da pena de multa.....	1574
1. Atos processuais do juiz.....	1543	5.2. Decretação (ou manutenção) da prisão preventiva ou das medidas cautelares diversas da prisão na sentença condenatória	1576
2. Classificação dos provimentos judiciais.....	1543	5.3. Efeitos decorrentes da sentença penal condenatória.....	1577
2.1. Despachos de mero expediente	1543		
2.2. Decisões interlocutórias simples e mistas (não terminativas e terminativas).....	1544		

5.3.1. Efeitos penais	1577	7.4.2. Possibilidade de oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo.....	1612
5.3.2. Efeitos extrapenais.....	1578	7.4.3. Mudança de competência.....	1613
5.3.2.1. Efeitos extrapenais genéricos ou obrigatórios.....	1578	7.4.4. Mudança da espécie de ação penal	1614
5.3.2.2. Efeitos extrapenais específicos.....	1580	7.5. <i>Emendatio e mutatio libelli</i> no processo penal militar.....	1615
5.4. Pedido absolutório formulado pela acusação e (im) possibilidade de condenação	1588	TÍTULO 13 • NULIDADES.....	1617
6. Publicação da sentença.....	1589	1. Noções gerais: tipicidade processual e nulidade..	1617
6.1. Esgotamento da instância	1591	2. Espécies de irregularidades.....	1618
6.2. Intimação da sentença.....	1591	3. Espécies de atos processuais	1619
7. Princípio da correlação entre acusação e sentença (ou da congruência)	1594	4. Nulidade	1620
7.1. <i>Emendatio libelli</i>	1594	4.1. Espécies de nulidades.....	1620
7.1.1. Momento procedimental adequado da <i>emendatio libelli</i>	1595	4.1.1. Nulidade absoluta.....	1621
7.1.2. <i>Emendatio libelli</i> e (des) necessidade de oitiva das partes	1598	4.1.1.1. Hipóteses de nulidades absolutas.....	1622
7.1.3. <i>Emendatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal	1599	4.1.2. Nulidade relativa.....	1623
7.1.4. <i>Emendatio libelli</i> na 2ª instância.....	1599	4.1.2.1. Hipóteses de nulidades relativas	1623
7.2. <i>Mutatio libelli</i>	1600	4.1.2.2. Momento para a arguição das nulidades relativas	1624
7.2.1. Surgimento de prova nos autos de elementares ou circunstâncias não contidas na peça acusatória.....	1601	4.1.3. Anulabilidades	1627
7.2.2. Fato novo e fato diverso.....	1602	4.2. Reconhecimento das nulidades	1628
7.2.3. Necessidade de aditamento, independentemente do <i>quantum</i> de pena cominada à imputação diversa	1603	4.2.1. Na primeira instância	1628
7.2.4. Aditamento espontâneo (CPP, art. 384, <i>caput</i>) e provocado (CPP, art. 384, § 1º)	1604	4.2.2. Na segunda instância	1628
7.2.5. Procedimento da <i>mutatio libelli</i>	1606	5. Princípios referentes às nulidades.....	1629
7.2.6. Recurso cabível contra a rejeição do aditamento à peça acusatória	1607	5.1. Princípio da tipicidade das formas.....	1629
7.2.7. <i>Mutatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal	1607	5.2. Princípio do prejuízo.....	1629
7.2.8. Aditamento: imputação superveniente e possibilidade de condenação do acusado quanto à imputação originária	1608	5.3. Princípio da instrumentalidade das formas	1630
7.2.9. <i>Mutatio libelli</i> na 2ª instância.....	1609	5.4. Princípio da eficácia dos atos processuais..	1631
7.3. Quadro comparativo entre <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	1610	5.5. Princípio da restrição processual à decretação da ineficácia	1632
7.4. Disposições comuns à <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	1611	5.6. Princípio da causalidade (efeito expansivo)	1632
7.4.1. Possibilidade de oferecimento da proposta de transação penal.....	1611	5.7. Princípio da conservação dos atos processuais (confinamento da nulidade)	1633
		5.8. Princípio do interesse.....	1634
		5.9. Princípio da lealdade (ou da boa-fé).....	1635
		5.10. Princípio da convalidação	1635
		6. Nulidades em espécie	1637
		6.1. Incompetência.....	1637
		6.2. Suspeição.....	1637
		6.3. Suborno do juiz.....	1637
		6.4. Ilegitimidade de parte	1638
		6.5. Falta da denúncia, da queixa, da representação e da requisição do Ministro da Justiça.....	1638
		6.6. Ausência do exame de corpo de delito	1639

6.7. Falta de nomeação de defensor ao acusado presente, que não o tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 anos.....	1639
6.8. Não intervenção do Ministério Público	1640
6.9. Ausência de citação (circundação), do interrogatório do acusado e de concessão dos prazos à acusação e à defesa	1641
6.10. Nulidades cominadas no procedimento bifásico do Tribunal do Júri.....	1642
6.11. Falta da sentença.....	1643
6.12. Falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido.....	1645
6.13. Falta de intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência das sentenças e despachos de que caiba recurso	1645
6.14. Falta do <i>quórum</i> legal para o julgamento nos Tribunais Superiores e nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais	1645
6.15. Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.....	1645
6.16. Nulidade decorrente da carência de fundamentação	1646
7. Nulidades no inquérito policial	1646
TÍTULO 14 • RECURSOS	1649
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	
1. Conceito e características.....	1649
2. Natureza jurídica dos recursos.....	1649
2.1. Interposição de recursos com intuito manifestamente protelatório e litigância de má-fé	1650
3. Princípios	1650
3.1. Duplo grau de jurisdição	1650
3.1.1. Recolhimento à prisão para recorrer	1652
3.1.2. Acusados com foro por prerrogativa de função.....	1655
3.2. Princípio da taxatividade dos recursos.....	1658
3.3. Princípio da unirecorribilidade das decisões.....	1658
3.4. Princípio da fungibilidade.....	1659
3.5. Princípio da convolação.....	1661
3.6. Princípio da voluntariedade dos recursos... ..	1661
3.6.1. Reexame necessário (recurso de ofício ou remessa necessária).....	1662
3.7. Princípio da disponibilidade dos recursos.. ..	1663
3.8. Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> (efeito prodrômico da sentença)	1664
3.8.1. Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> direta e indireta	1667
3.8.2. <i>Non reformatio in pejus</i> indireta e incompetência absoluta.....	1668
3.8.3. <i>Non reformatio in pejus</i> indireta e soberania dos veredictos.....	1670
3.9. Princípio da <i>reformatio in mellius</i>	1671
3.10. Princípio da dialeticidade.....	1672
3.10.1. Ausência de razões recursais da defesa e do Ministério Público.....	1674
3.11. Princípio da complementariedade	1674
3.12. Princípio da variabilidade	1675
3.13. Princípio da colegialidade	1675
4. Pressupostos de admissibilidade recursal (juízo de prelibação).....	1676
5. Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.....	1678
5.1. Cabimento.....	1678
5.2. Adequação	1678
5.3. Tempestividade	1679
5.3.1. Prazos recursais diversos.....	1680
5.3.2. Interposição de recursos via fax.....	1681
5.4. Inexistência de fato impeditivo.....	1681
5.4.1. Renúncia ao direito de recorrer.....	1682
5.4.2. Preclusão.....	1682
5.4.3. Recolhimento à prisão para recorrer	1682
5.5. Inexistência de fato extintivo (extinção anômala do recurso).....	1683
5.5.1. Desistência.....	1683
5.5.2. Deserção	1684
5.5.2.1. Deserção por falta de preparo	1684
5.5.2.2. Deserção por fuga do acusado	1685
5.6. Regularidade formal.....	1686
6. Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal	1686
6.1. Legitimidade recursal.....	1687
6.1.1. Legitimação restrita e subsidiária do assistente da acusação	1688
6.2. Interesse recursal.....	1691
6.2.1. Classificação da sucumbência	1691
6.2.2. Sentença absolutória e interesse recursal da defesa	1692
6.2.3. Extinção da punibilidade e interesse recursal no julgamento do mérito	1692

6.2.4. Divergência entre o interesse recursal do acusado e o de seu defensor.....	1693
6.2.5. Sentença condenatória e/ou absolutória e interesse recursal do Ministério Público.....	1693
7. Efeitos dos recursos	1694
7.1. Efeito obstativo.....	1694
7.2. Efeito devolutivo	1694
7.3. Efeito suspensivo.....	1696
7.3.1. Cabimento de mandado de segurança para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.....	1697
7.4. Efeito regressivo, iterativo ou diferido.....	1698
7.5. Efeito extensivo	1698
7.6. Efeito substitutivo	1699
7.7. Efeito translativo.....	1699
7.8. Efeito dilatório-procedimental.....	1699
8. Direito intertemporal e recursos.....	1700
9. Classificação dos recursos.....	1701
9.1. Quanto à obrigatoriedade.....	1701
9.2. Quanto à fundamentação	1702
9.3. Quanto à extensão da matéria impugnada	1702
9.4. Quanto aos pressupostos de admissibilidade.....	1703
9.5. Quanto ao objeto imediato do recurso.....	1703
10. Empate de votos no julgamento de recursos e prevalência da decisão mais favorável ao imputado.....	1703
CAPÍTULO II – RECURSOS CRIMINAIS EM ESPÉCIE.....	1705
1. Recurso em sentido estrito	1705
1.1. Interpretação extensiva	1705
1.2. Utilização residual do recurso em sentido estrito	1706
1.3. Hipóteses de cabimento	1706
1.3.1. Não recebimento da peça acusatória..	1707
1.3.2. Incompetência do juízo	1707
1.3.3. Procedência das exceções, salvo a de suspeição	1708
1.3.4. Pronúncia do acusado.....	1708
1.3.5. Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante	1709
1.3.6. Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor	1710
1.3.7. Decisão que decretar (ou não) a extinção da punibilidade	1711
1.3.8. Decisão que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i>	1712
1.3.9. Decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena ou a suspensão condicional do processo.....	1712
1.3.10. Decisão que conceder, negar ou revogar livramento condicional.....	1713
1.3.11. Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte, ou que reconhecer a ilicitude da prova e determinar seu desentranhamento.....	1713
1.3.12. Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir	1714
1.3.13. Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta	1714
1.3.14. Decisão que ordenar a suspensão do processo, seja em virtude de questão prejudicial, seja quando o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir defensor	1715
1.3.15. Decisão que decidir sobre a unificação de penas.....	1715
1.3.16. Decisão que decidir o incidente de falsidade.....	1715
1.3.17. Incidentes da execução da pena	1716
1.3.18. Decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples.....	1716
1.3.19. Decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal (CPP, art. 28-A)	1716
1.4. Aspectos procedimentais do recurso em sentido estrito	1717
1.4.1. Forma	1717
1.4.2. Prazo.....	1717
1.4.3. Processamento	1718
1.4.4. Competência para o julgamento	1718
1.5. Efeitos	1719
2. Apelação	1720
2.1. Noções gerais.....	1720
2.2. Espécies	1720
2.2.1. Apelação plena (ou ampla) e apelação parcial (restrita).....	1720
2.2.2. Apelação principal e apelação subsidiária (ou supletiva).....	1721

2.2.3. Apelação sumária e apelação ordinária.....	1721	6.4. Efeitos.....	1748
2.2.4. Apelação adesiva (ou incidental)	1722	7. Carta testemunhável.....	1748
2.3. Hipóteses de cabimento.....	1722	7.1. Hipóteses de cabimento.....	1748
2.3.1. Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular.....	1723	7.2. Prazo.....	1749
2.3.2. Decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito.....	1723	7.3. Procedimento.....	1749
2.3.3. Decisões do Tribunal do Júri.....	1724	7.4. Efeitos.....	1749
2.3.3.1. (In) subsistência do cabimento de apelação interposta pela acusação com base no art. 593, III, alínea “d”, do CPP, diante de eventual absolvição do acusado com base no quesito absolutório genérico.....	1732	8. Correição parcial.....	1750
2.4. Aspectos procedimentais da apelação	1735	8.1. Hipóteses de cabimento.....	1750
2.4.1. Forma.....	1735	8.2. Natureza jurídica.....	1751
2.4.2. Prazo.....	1735	8.3. Legitimidade.....	1751
2.4.3. Processamento.....	1735	8.4. Prazo.....	1751
2.4.4. Competência para o julgamento.....	1736		
2.5. Efeitos.....	1736	TÍTULO 15 • AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	1753
3. Protesto por novo júri.....	1738	CAPÍTULO I – HABEAS CORPUS.....	1753
3.1. Revogação pela Lei nº 11.689/08.....	1738	1. Noções Gerais.....	1753
3.2. Pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade recursal do revogado protesto por novo júri.....	1738	2. Natureza jurídica.....	1753
4. Embargos infringentes e de nulidade.....	1741	3. Interesse de agir na ação de <i>habeas corpus</i>	1754
4.1. Hipóteses de cabimento.....	1741	3.1. Necessidade da tutela: violência ou coação decorrente de ilegalidade ou abuso de poder	1754
4.2. Prazo e interposição.....	1742	3.2. Adequação: tutela da liberdade de locomoção e a antiga doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	1756
4.3. Competência para seu julgamento.....	1742	3.2.1. Hipóteses que autorizam o conhecimento do <i>habeas corpus</i>	1756
4.4. Efeitos.....	1743	3.2.2. Hipóteses em que não se autoriza o conhecimento do <i>habeas corpus</i> por falta de adequação.....	1757
4.5. Possibilidade de interposição simultânea dos embargos infringentes e de nulidade e dos recursos extraordinários.....	1744	3.2.2.1. <i>Habeas Corpus</i> substitutivo de Recurso Ordinário.....	1762
5. Embargos de Declaração.....	1744	3.3. Cabimento do <i>habeas corpus</i> em relação a punições disciplinares militares.....	1763
5.1. Hipóteses de cabimento.....	1745	3.4. Estado de Sítio.....	1764
5.2. Prazo.....	1745	3.5. Prisão administrativa.....	1764
5.3. Procedimento.....	1745	4. Legitimação ativa.....	1764
5.4. Efeitos quanto aos demais prazos recursais.....	1746	4.1. Distinção entre impetrante e paciente.....	1764
6. Agravo em execução.....	1747	4.2. Legitimação ampla e irrestrita.....	1765
6.1. Hipóteses de cabimento.....	1747	4.3. Pessoa jurídica.....	1765
6.2. Procedimento.....	1747	4.4. Ministério Público.....	1766
6.3. Prazo.....	1748	4.5. Outras autoridades.....	1767
		5. <i>Habeas corpus</i> coletivo.....	1767
		6. Legitimação passiva.....	1769
		6.1. Autoridade coatora (ou coator) e detentor.....	1769
		6.2. Ministério Público como autoridade coatora.....	1769

6.3. Particular como coator.....	1769	10.5. Medida liminar	1790
6.4. Outras autoridades	1770	10.5.1. Indeferimento de liminar por Re-	
7. Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório, preven-		lator em Tribunal e impetração de novo	
tivo, profilático e trancativo.....	1770	<i>habeas corpus</i>	1790
8. Constrangimento ilegal à liberdade de locomo-		10.6. Apresentação do preso e requisição de	
ção.....	1771	informações.....	1791
8.1. Ausência de justa causa.....	1771	10.7. Efeito extensivo da ordem de <i>habeas cor-</i>	
8.1.1. Falta de justa causa para a prisão	1772	<i>pus</i>	1791
8.1.2. Falta de justa causa e trancamento		10.8. Intervenção das partes	1792
de investigações preliminares.....	1772	10.9. Empate na votação perante órgãos cole-	
8.1.3. Falta de justa causa e trancamento		giados e prevalência da decisão mais favorável	
do processo penal	1773	ao paciente	1793
8.2. Decurso do tempo de prisão previsto na		10.10. Recursos contra as decisões em <i>habeas</i>	
lei	1775	<i>corpus</i>	1793
8.2.1. Excesso de prazo da prisão penal.....	1775	10.11. Coisa julgada	1795
8.2.2. Excesso de prazo da prisão tempo-		CAPÍTULO II – REVISÃO CRIMINAL	1796
rária.....	1775	1. Noções gerais.....	1796
8.2.3. Excesso de prazo da prisão preven-		2. Conceito	1796
tiva.....	1775	3. Natureza jurídica.....	1797
8.4. Cessação do motivo que autorizou a coa-		4. Distinção entre revisão criminal e ação rescis-	
ção	1776	sória.....	1797
8.5. Não admissão de prestação de fiança	1777	5. Pedidos: juízo rescindente e juízo rescisório.....	1797
8.6. Processo manifestamente nulo	1778	6. Condições da ação	1798
8.7. Extinção da punibilidade.....	1779	6.1. Legitimidade ativa e passiva.....	1798
9. Competência.....	1780	6.2. Interesse de agir: coisa julgada.....	1799
9.1. Competência do Supremo Tribunal Fede-		6.2.1. Desnecessidade de esgotamento das	
ral.....	1781	instâncias ordinárias (prequestionamento)..	1800
9.2. Competência do Superior Tribunal de		6.3. Possibilidade jurídica do pedido: sentença	
Justiça.....	1782	condenatória ou absolutória imprópria, inclu-	
9.3. Competência dos Tribunais Regionais Fe-		sive após o cumprimento da pena e/ou morte	
derais.....	1783	do acusado	1800
9.4. Competência dos Tribunais de Justiça.....	1783	6.3.1. Vedação da revisão criminal pro	
9.5. Competência da Justiça Militar	1783	societate no ordenamento pátrio e princípio	
9.6. Competência das Turmas Recursais	1785	do <i>ne bis in idem</i> processual.....	1801
9.7. Competência da Justiça do Trabalho	1785	6.3.2. Impossibilidade de utilização da	
9.8. Competência do juiz de 1ª instância.....	1786	revisão criminal para fins de modificação	
9.9. Ministério Público como autoridade coa-		dos fundamentos de sentença absolutória	
tora e competência para o julgamento do <i>ha-</i>		própria	1802
<i>beas corpus</i>	1786	6.3.3. Extinção da punibilidade.....	1802
10. Procedimento	1787	6.3.4. Revisão criminal no âmbito do Júri	
10.1. Capacidade postulatória	1787	e soberania dos veredictos.....	1802
10.2. Petição inicial.....	1787	6.3.5. Juizados Especiais Criminais	1803
10.3. Concessão de <i>habeas corpus</i> individual		6.3.6. Transação penal	1803
ou coletivo de ofício pela autoridade judiciária		6.3.7. <i>Impeachment</i>	1803
competente.....	1788	7. Hipóteses de cabimento da revisão criminal	1804
10.4. Dilação probatória.....	1789		

7.1. Contrariedade ao texto expresso da lei penal.....	1804	CAPÍTULO III – MANDADO DE SEGURANÇA	1816
7.2. Contrariedade à evidência dos autos	1806	1. Noções gerais	1816
7.3. Decisão fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos	1806	2. Conceito e natureza jurídica.....	1817
7.4. Descoberta de novas provas em favor do condenado.....	1807	3. Objeto da tutela	1817
7.5. Nulidade do processo.....	1809	4. Prazo decadencial.....	1817
8. Aspectos procedimentais da revisão criminal	1810	5. Legitimação ativa e passiva.....	1818
8.1. Capacidade postulatória	1810	6. Cabimento.....	1819
8.2. Desnecessidade de recolhimento à prisão... ..	1810	6.1. Hipóteses comuns de impetração do mandado de segurança no âmbito criminal.....	1820
8.3. Inexistência de prazo decadencial	1810	7. Aspectos procedimentais	1821
8.4. Competência.....	1810	7.1. Petição inicial	1821
8.5. Procedimento	1812	7.2. Procedimento e julgamento do mandado de segurança	1821
8.6. Efeito suspensivo.....	1813	7.3. Competência.....	1822
8.7. Ônus da prova	1813	7.4. Medida liminar.....	1823
8.8. <i>Non reformatio in pejus</i> direta e indireta.....	1814	7.5. Recursos	1824
8.9. Recursos	1814	BIBLIOGRAFIA.....	1827
8.10. Indenização pelo erro judiciário.....	1815		
8.11. Coisa julgada	1816		